

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO IF GOIANO – CAMPUS RIO VERDE

ALEX DA SILVA MOUREIRA

2024



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO: UMA
ANÁLISE A PARTIR DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA DO IF GOIANO – CAMPUS RIO VERDE**

ALEX DA SILVA MOUREIRA

Sob a Orientação do Professor
Dr. Bruno Cardoso de Menezes Bahia

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Novembro de 2024**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M931e MOUREIRA, ALEX DA SILVA , 1978-
ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO: UMA ANÁLISE A
PARTIR DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IF GOIANO -
CAMPUS RIO VERDE / ALEX DA SILVA MOUREIRA. -
Seropédica, 2024.
59 f.: il.

Orientador: Bruno Cardoso de Menezes Bahia.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2024.

1. Estágio-Curricular. 2. Teoria-Prática. 3.
Educação Profissional. I. Bahia, Bruno Cardoso de
Menezes , 1979-, orient. II Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 95 / 2024 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.065500/2024-03

Seropédica-RJ, 27 de novembro de 2024.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

ALEX DA SILVA MOUREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 25/11/2024.

(Assinado digitalmente em 27/11/2024 08:58)
BRUNO CARDOSO DE MENEZES BAHIA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGEA (11.39.49)
Matrícula: 1528697

(Assinado digitalmente em 27/11/2024 09:21)
JOSÉ WESELLI DE SÁ ANDRADE
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 006.846.417-71

(Assinado digitalmente em 27/11/2024 09:58)
JOÃO AREIS FERREIRA BARBOSA JÚNIOR
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 003.602.051-60

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **95**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **27/11/2024** e o código de verificação: **9abfa8b61e**

DEDICATÓRIAS

À minha esposa Soraya, companheira, amiga, cuja compreensão nas minhas ausências e apoio incondicional foram essenciais para alcançar mais este objetivo.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a todos que contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho. Me alegro ao lembrar dos ensinamentos e do apoio incondicional que recebi ao longo desta jornada.

Primeiramente, agradeço de todo o meu coração aos meus pais. Eles são os verdadeiros pilares em minha vida, dedicando-se incansavelmente à criação dos filhos e mesmo diante das adversidades daquela vida na dura do campo, nunca se abateram e jamais deixaram de lutar por esse ideal. Com amor e sacrifício, fizeram dos estudos a prioridade familiar, sempre sonhando com um futuro melhor. Essa conquista é tanto minha quanto de vocês; sem o apoio e a força que me deram, nada disso seria possível.

Aos meus irmãos, Alênio Moureira e Alline Moureira. Alênio, cujo zelo por seus projetos e incansável dedicação aos alunos são uma constante fonte de inspiração para todos nós; e Alline, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis e também nas conquistas. Mulher de força, intensa, dedicada ao trabalho e à família, fiel às suas amizades, sempre com energia e disposição.

Meus sinceros agradecimentos a Daiana Cardoso e Viviane Proto, minhas queridas amigas, que sempre foram como irmãs. Com suas risadas contagiantes e apoio inabalável, vocês tornaram esta caminhada mais leve e cheia de momentos inesquecíveis. Sou grato por cada segundo compartilhado.

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador, Bruno Bahia. Sua paciência, dedicação e generosidade foram essenciais para a realização deste trabalho. Reconheço que, diante de suas inúmeras responsabilidades no PPGEA, sua disposição em me orientar com atenção e cuidado fez toda a diferença. Seu olhar atento e seu apoio contínuo me permitiram superar mais esse desafio. Obrigado por ser, não apenas o orientador, mas um grande amigo.

Sou profundamente grato ao Professor Anísio Correia e ao Professor José Weselli, cujo apoio nas orientações e atividades práticas deste mestrado foram inestimáveis. O esforço e a dedicação de ambos foram fundamentais para o êxito deste trabalho.

À professora Elaine, do Colégio do Sol, que acolheu nosso projeto com empenho, muito obrigado. Sua paixão pelo ensino foi uma grande inspiração e um aprendizado significativo para todos nós. Agradeço também aos alunos do Colégio do Sol que estiveram diretamente envolvidos, cuja contribuição excepcional foi fundamental para a execução de nossas atividades.

Agradeço aos servidores do Núcleo de Estágios do Campus Rio Verde, em especial aos servidores João Paes e Telma Falbo, pelo apoio e pela ajuda incondicional na fase de levantamento de dados da pesquisa.

Ao Professor Fabiano Guimarães, ao Professor Alan Carlos, ao Professor Claudécir Gonçalves e a toda a equipe da PROAD e da PROPPI do IF Goiano, meu sincero agradecimento por não medirem esforços para concretizar o convênio de Pós-Graduação para os servidores do IF Goiano com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação, expresse minha sincera gratidão por compartilharem conosco seus valiosos conhecimentos. Cada aula e interação foram momentos importantes, que ficarão para sempre presentes em minha memória.

Por fim, agradeço imensamente aos colegas que estiveram ao meu lado nesta caminhada. Cada instante compartilhado, cada troca de ideias e cada apoio nos desafios foram fundamentais para que chegássemos até aqui. Esta conquista é nossa, fruto de todo o esforço e apoio mútuo ao longo dessa jornada.

RESUMO

MOUREIRA, Alex da Silva. **Estágio Supervisionado Obrigatório: Uma análise a partir do curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano – Campus Rio Verde.** 2024. 59f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

O presente trabalho discorre sobre a realidade do estágio supervisionado no Ensino Profissionalizante de nível médio no curso Técnico em Agropecuária e suas implicações na formação profissional do aluno. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que tem como objetivo principal analisar o desenvolvimento de estágio supervisionado obrigatório, adotado pelo IF Goiano - Campus Rio Verde, do curso Técnico em Agropecuária, diante de suas contribuições para a formação do aluno. Quanto a metodologia utilizada, se deu a análise dos documentos institucionais e normas vigentes sobre a questão do estágio supervisionado, com o intuito de compreender como é o desenvolvimento desta atividade dentro da Instituição de Ensino. Para captar as percepções dos discentes participantes sobre a relação ao aprendizado teórico-prático bem como a atuação dos supervisores e orientadores durante a execução da atividade, procedeu-se à aplicação de questionário eletrônico direcionado aos alunos concluintes de estágios supervisionados no ano de 2019, com perguntas abertas e fechadas. A partir da interpretação dos dados coletados sob o referencial de Bardin (2016), foi possível compreender e identificar as contribuições do estágio supervisionado para a formação pedagógica, profissional e pessoal para os alunos. Além disso, foi possível, também, ter uma visão sobre a atuação dos supervisores e orientadores de estágio. Com base nessa análise, é possível inferir que o estágio desempenha um papel significativo na formação de técnicos. No entanto, mesmo quando o processo de estágio é conduzido de maneira apropriada, é recomendável que a instituição educacional implemente estratégias para fortalecer a supervisão, orientação, bem como revisar a estrutura curricular para melhor alinhar as atividades práticas com os objetivos educacionais. Além disso, seria benéfico conduzir estudos aprofundados para determinar a viabilidade de ajustar a duração do período de estágio, de modo a aprimorar ainda mais a experiência dos estudantes.

Palavras-chave: Estágio-Curricular, Teoria-Prática, Educação Profissional.

ABSTRACT

MOUREIRA, Alex da Silva. **Estágio Supervisionado Obrigatório: Uma análise a partir do curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano – Campus Rio Verde.** 2024. 59p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

This study explores the reality of supervised internships in vocational education at the secondary level, focusing on the Agricultural Technician course and its impact on students' professional development. The research, which takes a qualitative approach, primarily aims to examine the implementation of mandatory supervised internships at IF Goiano - Campus Rio Verde, assessing their contributions to student training. The methodology involved analysing institutional documents and current regulations regarding internships, in order to understand how this activity is structured within the educational institution. To gather students' perspectives on the link between theoretical and practical learning, as well as the role of supervisors and mentors during the internship process, an electronic questionnaire with both open and closed questions was distributed to students who completed their internships in 2019. Through analysing the collected data, guided by Bardin's (2016) framework, the study was able to highlight the contributions of supervised internships to students' pedagogical, professional, and personal growth. Additionally, it provided insights into the performance of internship supervisors and mentors. From this analysis, it is clear that internships play a crucial role in shaping future technicians. However, even when the internship process is well-structured, it is advisable for the educational institution to implement strategies to enhance supervision and guidance, as well as review the curriculum to better align practical activities with educational goals. Furthermore, conducting in-depth studies to evaluate the feasibility of adjusting the internship duration could help improve the overall experience for students.

Keywords: Curriculum Internship, Theory-Practice, Vocational Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Colégio Agrícola de Rio Verde – 1979.....	10
Figura 2 – Localização do Município de Rio Verde – GO.....	11

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos participantes da pesquisa.....	36
Gráfico 2 – Idade dos participantes da pesquisa.....	36
Gráfico 3 – Cidade de realização dos estágios supervisionados	37
Gráfico 4 – Segmento empresarial das concedentes de estágio	37
Gráfico 5 – Estágio supervisionado interno x externo.....	38
Gráfico 6 – Realização do estágio no município de Rio Verde - GO.....	39
Gráfico 7 – Período de realização dos estágios supervisionados	39
Gráfico 8 – Período de realização dos estágios supervisionados internos.....	40
Gráfico 9 – Contribuição para a escolha do campo do estágio supervisionado	40
Gráfico 10 – Campo de estágio de acordo como o interesse do aluno	41
Gráfico 11 – Contribuição do Estágio Supervisionado	41
Gráfico 12 – Acompanhamento do professor orientador durante o estágio	42
Gráfico 13 – Proposição de situações pelo supervisor	43
Gráfico 14 – Segurança do estagiário em realizar o estágio supervisionado	43
Gráfico 15 – Pontos positivos na realização do estágio supervisionado	44
Gráfico 16 – Pontos negativos na realização do estágio supervisionado	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grau de importância atribuído ao estágio supervisionado obrigatório.....	26
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Habilidades do Técnico em Agropecuária	13
Quadro 2 – Comparativo entre as duas últimas legislações do estágio.....	19
Quadro 3 – Disciplinas obrigatórias do Curso Técnico em Agropecuária.....	30
Quadro 4 – Documentos para os alunos que irão realizar o estágio obrigatório.....	32
Quadro 5 – Documentos para aproveitamento de atividade profissional	33
Quadro 6 – Parâmetros avaliativos do estágio supervisionado obrigatório	34
Quadro 7 – Fatores considerados para avaliação dos estagiários.....	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET-RV	Centro Federal de Educ. Tec. de Rio Verde – GO
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CORE	Coordenação de Registros Escolares
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IF Goiano	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	L: Lésbicas, G: Gays, B: Bissexuais, T: Pessoas Transgênero, Q: Queer ou Questionando (Questioning), I: Intersexo, A: Assexual, P: Pansexual, N: Não-binário, +: Representa outras identidades de gênero e orientações sexuais não abrangidas pelas letras anteriores.
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NE	Núcleo de Estágios
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UTDPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	BREVE RELATO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA	5
2.1	O Ensino Profissional no Brasil Império	5
2.2	O Ensino Profissional no Brasil República	6
2.3	O Ensino Profissional Contemporâneo e os Institutos Federais.....	7
3	O IF GOIANO - CAMPUS RIO VERDE E O ENSINO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	10
3.1	O Ensino Técnico em Agropecuária no IF Goiano - Campus Rio Verde	12
3.2	O profissional Técnico em Agropecuária.....	13
4	O ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	16
4.1	Breve Relato da Evolução do Estágio Supervisionado no Brasil.....	16
4.2	Os Integrantes da Relação do Estágio	21
4.2.1	O Estudante	22
4.2.2	Concedente de Estágio.....	22
4.2.3	A Instituição de Ensino	23
4.2.4	Agente de Integração	24
4.3	A Contribuição do Estágio Supervisionado para a Formação do Aluno.....	24
4.4	Investigações Realizadas Sobre o Estágio Supervisionado de Alunos do Curso Técnico em Agropecuária.....	26
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	28
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
8	REFERÊNCIAS	49
9	ANEXOS	55
	Anexo A – TCLE	56
	Anexo B – Questionários direcionado aos alunos.....	58

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo investigou a contribuição do estágio curricular supervisionado obrigatório para a formação do Técnico em Agropecuária do IF Goiano - Campus Rio Verde.

O interesse do pesquisador em desenvolver o estudo está profundamente vinculado à sua história pessoal, cuja origem está em uma pequena propriedade rural familiar localizada no município de Rio Verde - GO, onde o trabalho no campo esteve sempre presente na sua rotina diária, desde a infância até a juventude. Sua vivência é marcada principalmente pelo trabalho incessante dos pais na busca de proporcionar uma condição de vida melhor para a família.

Dentre as atividades desenvolvidas à época destacam-se a criação de gado leiteiro, aves de corte e poedeiras, criação de suínos, cultivo de hortaliças e plantio de cana-de-açúcar, milho, soja e arroz.

Essa trajetória, embora brevemente relatada, reflete o cotidiano de muitos alunos do IF Goiano - Campus Rio Verde, que conciliam a busca por conhecimento técnico na Instituição de Ensino com o trabalho em atividades agropecuárias, esforçando-se para fazer a diferença em suas famílias.

A motivação do pesquisador para abordar o tema dos estágios supervisionados surgiu do desejo de compreender e contribuir significativamente para o aprimoramento dessa atividade. Esse interesse foi despertado por sua experiência profissional no Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde, onde atuou na supervisão de estágios, tanto obrigatórios quanto não obrigatórios, durante seu período como coordenador de almoxarifado.

Nesse contexto, o pesquisador acompanhou os alunos dos cursos técnicos em Administração, Contabilidade, Agronegócio e Proeja em Administração, constatando a relevância do estágio como ponte entre teoria e prática e suas implicações na formação profissional. Foi a partir da conciliação entre seu envolvimento pessoal com as práticas agropecuárias e sua experiência na supervisão de estágios que surgiu a ideia para este trabalho.

Este estudo foi realizado no IF Goiano - Campus Rio Verde, uma instituição pública especializada na educação profissional e tecnológica com diversas modalidades de ensino, abrangendo a formação técnica, o ensino superior de tecnologia, bacharelados e licenciatura, o ensino de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. O Campus surgiu em um contexto no qual a população do município de Rio Verde/GO desejava a formação de seus jovens por meio do acesso a um ensino de qualidade, voltado para o aperfeiçoamento das práticas agropecuárias.

A microrregião sudoeste do estado de Goiás, onde se localiza o município de Rio Verde, tem grande parte de sua economia baseada no setor do agronegócio. Neste cenário, destaca-se a presença expressiva de empreendimentos do ramo agropecuário atuantes em diferentes vertentes como: produção de grãos; criação de animais; processamento industrial de laticínios, de carnes suínas, bovinas e de aves; fabricação de rações, de insumos e implementos agrícolas, entre outros.

Hoje, denominado Campus Rio Verde do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, foi fundado em 1967 como Ginásio Agrícola, passou por diversas transformações institucionais que refletem sua crescente relevância no contexto educacional rioverdense. Em 1969, tornou-se Colégio Agrícola, em 1979 foi elevado à categoria de Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, em 2002 transformado em Centro Federal de Educação

Tecnológica (CEFET). Finalmente, em 2008 integrou-se à rede de Institutos Federais, consolidando-se como referência no ensino técnico e tecnológico.

Ao longo dessas transformações, o Curso Técnico em Agropecuária manteve seu foco na integração de conteúdos teóricos e práticos, por meio de atividades desenvolvidas em sala de aula, em laboratórios, na fazenda-escola, visitas técnicas e estágios supervisionados, assegurando uma formação profissional alinhada às demandas do setor agropecuário e ao desenvolvimento econômico da região de Rio Verde.

Leão (2015) esclarece que esse foi o primeiro curso técnico ofertado por essa instituição de ensino. Inicialmente, denominado Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária e, em 1979, passou a ter o formato que conhecemos atualmente.

O planejamento pedagógico contemporâneo desse curso contempla disciplinas estruturadas para a formação profissional do aluno, com o objetivo geral de capacitá-lo por meio de conhecimentos teóricos e práticos, preparando-o para atuar de maneira qualificada e ética nos diversos segmentos da agropecuária. (IF GOIANO, 2023). O estágio supervisionado faz parte desse contexto, sendo um componente curricular obrigatório para a formação e habilitação do estudante. O estágio não obrigatório também está previsto no PPC do Curso, configurando-se como uma atividade opcional.

Este trabalho aborda exclusivamente o estágio obrigatório, por entendermos ser esse um dos instrumentos importantes para compor a trajetória do estudante ao longo de seu curso de formação, necessário para a obtenção de sua certificação profissional.

Sua função está ligada à formação do indivíduo, permitindo aos alunos acumular conhecimentos por meio da vivência em um ambiente de trabalho real, contemplando a oportunidade de correlacionar os conteúdos adquiridos na escola com o desenvolvimento de atividades práticas. Para alcançar esse objetivo, o processo possui figuras importantes: o estudante, a instituição de ensino e a concedente de estágio. Eles compõem uma relação que deve ser harmônica para o florescimento de condições propícias ao desenvolvimento pessoal e profissional do aluno.

A relevância do estágio no processo formativo se dá sobre várias perspectivas, incluindo a acadêmica, profissional, social e institucional. Na perspectiva acadêmica, o estágio é considerado uma oportunidade para a aplicação prática do conhecimento teórico adquirido em sala de aula. Na perspectiva profissional, o estágio é entendido como um momento de desenvolvimento de habilidades e competências específicas da profissão.

Na perspectiva social, o estágio é uma oportunidade de integração do estudante com a comunidade e com as demandas do mercado de trabalho. Por fim, na perspectiva institucional, o estágio é visto como uma forma de estreitar as relações entre a instituição de ensino e o mercado de trabalho.

Apesar de demonstrarmos a importância do estágio, observa-se uma escassez de estudos sobre o tema voltados para o ensino profissionalizante de nível técnico.

Santos (2009) nos informa que, na área da educação, as discussões sobre estágio curricular são mais frequentes no contexto da formação superior, deixando uma lacuna no conhecimento sobre a importância e desafios do estágio em cursos técnicos profissionalizantes. Em seu trabalho, a pesquisadora cita autores com publicações relacionadas ao tema com enfoque da educação superior, como Buriola (1995), Marquetis (2001), Silva (2002), Faria Filho (2003), Bianchi (2005) e Yoshioka (2005). Outra área da educação que apresenta vários trabalhos publicados, segundo a pesquisadora, é a formação de docentes, com autores como Piconez (1991), Penteado (1995), Pimenta (1995), Freitas (1996), Hypolito (2001) e Pelozo (2006).

Seguindo essa linha de pensamento, Rassele (2011) explica em sua pesquisa que a falta de estudos sobre estágio curricular no nível profissionalizante dificulta uma análise criteriosa da forma como o estágio é aplicado e se está em consonância com as necessidades de formação do aluno.

Considerando a importância do estágio para o desenvolvimento profissional, pedagógico e pessoal dos alunos, e a escassez de publicações sobre o tema no nível técnico-profissionalizante, é essencial investigá-lo com maior profundidade.

A partir da observação de alguns estudantes durante a execução das atividades inerentes aos seus estágios supervisionados, surgiram os questionamentos que nortearam esta pesquisa: Como é desenvolvido o estágio obrigatório para os alunos do curso Técnico em Agropecuária? O estágio obrigatório desse curso cumpre sua função formativa? Como o aluno vê o estágio para sua formação?

A relevância desta pesquisa está no entendimento de que o estágio curricular se configura como um dos componentes formativos necessários à promoção e ao desenvolvimento de competências pessoais e profissionais dos alunos.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa para investigar o papel do estágio curricular obrigatório na formação dos alunos do curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano - Campus Rio Verde.

Utilizando a metodologia do estudo de caso, a pesquisa concentrou-se na análise dos relatos e experiências dos alunos durante o estágio, com o suporte de documentos institucionais e da legislação vigente. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico semiestruturado, aplicado a uma amostra aleatória de 27 alunos, com o objetivo de captar informações objetivas e subjetivas. A análise dos dados seguiu a técnica de análise temática, permitindo uma compreensão aprofundada das percepções dos alunos sobre a correlação entre as atividades do estágio e o aprendizado teórico.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o desenvolvimento de estágio supervisionado obrigatório adotado pelo IF Goiano – Campus Rio Verde, do curso Técnico em Agropecuária e suas contribuições para a formação do aluno. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender as diretrizes e procedimentos estabelecidos pela instituição de ensino para as atividades de estágio supervisionado;
- b) Averiguar a atuação de supervisores e orientadores de estágio;
- c) Verificar as experiências e percepções dos estagiários quanto ao modelo de estágio desenvolvido na instituição de ensino.

Este estudo está organizado da seguinte forma: após a seção introdutória, há seis seções que visam analisar o desenvolvimento da prática de estágio à luz dos objetivos anteriormente estabelecidos.

A segunda seção estabelece uma conexão entre as políticas públicas educacionais e o desenvolvimento da educação técnica no Brasil, com ênfase no Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. O texto traça um panorama histórico das iniciativas voltadas à profissionalização de jovens desde o século XIX e aborda a expansão da rede de escolas técnicas e agrotécnicas no país.

A terceira seção traça a criação do Ginásio Agrícola e sua evolução para o atual Campus Rio Verde. Nesse contexto, é apresentada a importância socioeconômica dessa instituição para a região do Sudoeste Goiano, com ênfase no crescimento e consolidação do Curso Técnico em Agropecuária.

A quarta seção explora a importância do estágio supervisionado como uma etapa essencial na formação profissional dos alunos, destacando seu papel na integração entre teoria

e prática. Este texto apresenta um panorama histórico das atividades de estágio supervisionado dentro do processo educativo, abordando seu surgimento e evolução no Brasil. Também estabelece um paralelo entre os atos normativos que regulamentam essas atividades, sua operacionalização e sua contribuição para a formação acadêmica, profissional e pessoal dos estudantes. Estão registradas perspectivas de diversos autores diante dos resultados de suas pesquisas, oferecendo uma visão abrangente do impacto do estágio na formação dos alunos.

A quinta seção aborda os procedimentos metodológicos adotados, em consonância com os objetivos da pesquisa, visando investigar o papel do estágio curricular obrigatório na formação dos alunos do curso Técnico em Agropecuária do Campus Rio Verde do IF Goiano. O objetivo é fornecer os subsídios necessários para as reflexões finais da pesquisa.

A sexta seção apresenta os resultados da análise dos dados coletados, incluindo representações visuais por meio de tabelas e gráficos, acompanhadas de descrições que relaciona esses dados às referências teóricas pertinentes.

Na última seção, apresentamos as considerações finais do trabalho, acompanhadas dos anexos, que incluem os documentos referenciados ao longo do texto e os questionários aplicados conforme o método proposto.

2 BREVE RELATO SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

Para compreender o estágio supervisionado vinculado à educação profissional, é essencial entender a evolução do ensino profissional em nossa sociedade. Nesse sentido, iniciamos uma breve discussão sobre o ensino técnico voltado para a atividade agropecuária.

Manfredi (2002) explica que, partindo do período anterior à primeira Revolução Industrial, a organização laboral era caracterizada pela transmissão do conhecimento de maneira artesanal e informal. Nesse contexto, as habilidades e técnicas necessárias para a produção eram passadas de geração em geração, criando uma continuidade cultural que valorizava a experiência prática em detrimento da educação formal. Os meios de produção eram rudimentares e amplamente acessíveis, permitindo que qualquer indivíduo, independentemente de escolaridade ou situação financeira, pudesse participar ativamente da produção. Esse modelo de ensino informal e comunitário garantiu que as gerações se mantivessem conectadas ao seu ofício, fortalecendo, assim, os vínculos sociais e a identidade profissional de cada região.

Esse modelo econômico, marcado pela simplicidade das ferramentas e técnicas, fomentava uma força de trabalho com habilidades diversificadas, onde o aprendizado ocorria em ambientes familiares e sociais, sendo transmitido de geração em geração. A transmissão de conhecimento era, portanto, algo intrínseco ao cotidiano das pessoas, assegurando que a prática estivesse sempre em sintonia com as necessidades locais.

Manfredi (2002) ressalta que, com o advento da Revolução Industrial, essa dinâmica começou a se transformar. A introdução de máquinas e a especialização do trabalho alteraram as formas de aprendizagem, exigindo uma reestruturação do ensino para atender às novas demandas do mercado. O surgimento da escola formal representou, assim, uma resposta necessária às mudanças sociais e econômicas que acompanharam a industrialização, além de refletir a crescente complexidade das atividades produtivas, que passaram a exigir conhecimentos técnicos mais específicos e especializados.

No Brasil, a transição dos ensinamentos práticos informais para os formais e institucionalizados ocorreu por meio da normatização educacional promovida pelo Estado após a chegada da família real. Essas eram decisões de caráter assistencialista, destinadas a “amparar os órfãos e os demais desvalidos da sorte” (Brasil, 1999, Parecer nº 16/99-CEB/CNE). Esse processo de formalização da educação buscava adaptar o modelo europeu às realidades brasileiras, impondo, por um lado, a necessidade de uma educação técnica mais estruturada, mas, por outro, dificultando o acesso das camadas populares a esse novo formato de ensino.

A relação entre educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade. Até o século XIX, não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje possam ser caracterizadas como pertencentes ao campo da educação profissional. O que existia até então era educação propedêutica voltada para as elites, com o objetivo de formar futuros dirigentes, como explica Manfredi (2002). Essa divisão educacional acabou perpetuando desigualdades, uma vez que a educação voltada para a formação de trabalhadores, em sua maioria, não tinha o mesmo valor ou prestígio social.

2.1 O Ensino Profissional no Brasil Império

Conforme Manfredi (2002), o primeiro registro conhecido da intervenção do Estado na profissionalização data de 1809, com a criação do Colégio de Fábricas pelo então Príncipe Regente (futuro Dom João VI), que buscava retomar o funcionamento das indústrias manufatureiras em território brasileiro.

Pacheco (2011) menciona que, em 1816, houve uma proposta de integrar o ensino das ciências e do desenho aos ofícios mecânicos, o que resultou na criação da Escola de Belas Artes. Já em 1861, foi criado o Instituto Comercial do Rio de Janeiro, com o objetivo de preencher, preferencialmente, cargos públicos nas Secretarias de Estado. Percebe-se que o ensino profissional, nesse momento, favorecia uma minoria social em relação ao restante da população.

Manfredi (2002) destaca que, no final do século XIX e início do século XX, o sistema de ensino profissional no Brasil seguiu uma estrutura disciplinada e hierarquizada, inspirada em modelos europeus e militares. As instituições de ensino combinavam instrução com trabalho obrigatório em oficinas, tanto como forma de custear a educação quanto para preparar os alunos para o mercado de trabalho.

Segundo Pacheco (2011), durante o século XIX, o governo imperial adotou ações de fundo assistencialista para profissionalizar jovens marginalizados e discriminados pela sociedade. Após os anos 1840, foram construídas dez Casas de Educandos e Artífices nas capitais de províncias para atender menores abandonados, visando diminuir a criminalidade e a vagabundagem. Posteriormente, foram criados os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos, onde os menores abandonados aprendiam as primeiras letras e, em seguida, eram encaminhados para oficinas públicas e privadas para iniciação em ofícios.

Após a segunda metade do século XIX, surgiram sociedades civis voltadas ao amparo de crianças órfãs e abandonadas, que ofereciam instrução teórica e prática voltada para o ensino industrial (Pacheco, 2011).

Conforme Manfredi (2002), as práticas educativas durante o Brasil Império seguiam duas vertentes: uma compensatória e assistencialista, voltada ao atendimento dos pobres e desafortunados, e outra voltada à formação de trabalhadores artesanais mais qualificados, buscando legitimar a dignidade dos mais pobres.

2.2 O Ensino Profissional no Brasil República

Durante o período republicano, o novo regime permitiu que os estados da federação criassem e desenvolvessem suas próprias iniciativas voltadas ao ensino profissional. Um exemplo marcante ocorreu no Rio de Janeiro, em 1909, quando o então governador Nilo Peçanha fundou três escolas de ofícios e uma escola de aprendizagem agrícola (Manfredi, 2002).

Posteriormente, como presidente, Nilo Peçanha expandiu essa iniciativa criando, em 1910, uma rede de 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, distribuídas pelo território nacional, com foco no ensino industrial, em um momento de transição do Brasil de uma economia agrária-exportadora para uma industrial. Nesse contexto, políticas governamentais começaram a adaptar diversos setores da sociedade às exigências do capital industrializado (Kunze, 2009).

Durante esse período, decisões políticas foram tomadas para fortalecer o ensino técnico e profissionalizante no Brasil. O ensino agrícola também foi reorganizado, visando formar chefes de cultura, administradores e capatazes, e várias escolas-oficinas foram instaladas para capacitar ferroviários (Pacheco, 2011). Segundo Manfredi (2002), essas escolas deram origem, mais tarde, aos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

A Constituição de 1937 formalizou o dever do Estado em relação ao ensino vocacional e pré-vocacional, em colaboração com sindicatos e empresas. Isso possibilitou a criação de instituições especializadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), além da transformação das escolas de aprendizes artífices em escolas técnicas federais. Ao longo dos anos, o ensino profissional no Brasil manteve um caráter dualista, alinhando-se às novas diretrizes educacionais.

As escolas da rede federal foram fundamentais para disseminar valores do novo regime, como a ética do trabalho e a obediência às normas, além de formar uma nova classe de trabalhadores qualificados, preparados para integrar a nascente indústria brasileira (Kunze, 2009).

O objetivo era capacitar essa nova classe para vender sua força de trabalho, respondendo às demandas do mercado industrial. Paralelamente, a criação da rede federal visava conter o avanço do que o governo considerava uma ameaça: uma população sem qualificação, vista como estéril e prejudicial ao progresso da nação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do Brasil, a Lei Federal nº 4.024/61, representou um avanço importante ao equiparar o ensino profissional ao ensino acadêmico, possibilitando a continuidade dos estudos e criando novas oportunidades de formação (Brasil, 2008).

No entanto, a reformulação da LDB pela Lei Federal nº 5.692/71 trouxe mudanças que afetaram a oferta de ensino profissional, transferindo parte da responsabilidade pela oferta de ensino para os sistemas estaduais, municipais e particulares de educação. Essa mudança gerou desajustes, sobretudo pela falta de preservação da carga horária destinada à formação básica (Pacheco, 2011).

Com a Lei nº 7.044/82, houve uma reversão na política de oferta de ensino profissional no ensino secundário, ficando essa responsabilidade restrita às instituições especializadas, enquanto as demais escolas se concentraram no ensino acadêmico.

A Lei nº 9.394/96 juntamente com o Decreto nº 2.208/97, trouxe novas regulamentações para o ensino profissional, promovendo a separação entre os cursos de formação profissional e o ensino médio, o que contribuiu para a dualidade do sistema educacional brasileiro (Bragato, 2008). Essa política reduziu a participação do Estado na manutenção da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, favorecendo o setor privado de educação, o que, segundo Pacheco (2011), gerou o sucateamento das instituições públicas.

A revogação do Decreto nº 2.208/97 e a promulgação do Decreto nº 5.154/2004 representaram um novo capítulo para a educação profissional no Brasil. Esse decreto restabeleceu a integração entre a formação técnica e o ensino médio, assegurando itinerários formativos contínuos e introduziu três modalidades de oferta de educação profissional: integrada, concomitante e subsequente, ampliando as oportunidades educacionais e promovendo maior flexibilidade. Além disso, o decreto reafirmou a centralidade do trabalho como princípio educativo, articulando educação, trabalho e tecnologia para preparar os trabalhadores às demandas do mercado e promover o desenvolvimento social.

2.3 O Ensino Profissional Contemporâneo e os Institutos Federais

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, em seu contexto contemporâneo, constitui-se como uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996). Seu objetivo primordial conforme

a Resolução CNE/CP nº 1/2021 é a formação de indivíduos para o exercício qualificado de atividades profissionais, com ênfase no desenvolvimento de competências técnicas e habilidades específicas que atendam às exigências de um mercado de trabalho dinâmico e em constante evolução.

Essa resolução estabelece as diversas modalidades de cursos de educação profissional e tecnológica, que incluem a Formação Inicial e Continuada, Qualificação Profissional, voltada para a formação de trabalhadores para o exercício imediato de suas atividades, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, que proporciona o desenvolvimento de competências profissionais de nível tático e específico relacionadas às áreas tecnológicas e a Educação Tecnológica de Graduação e Pós-Graduação, que visa o aprimoramento técnico e acadêmico, preparando profissionais para atuar de forma mais qualificada nas demandas do mercado (Brasil, 2021).

No contexto da educação básica, a EPT se manifesta de maneira multifacetada, seja por meio de ofertas articuladas ao nível do ensino médio na forma integrada ou na forma concomitante. A modalidade subsequente está voltada para aqueles que já concluíram a educação básica.

Um grande marco para EPT no Brasil foi a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Eles, ao integrar o ensino técnico e tecnológico com a educação superior, propõem uma nova visão para a formação profissional, abordando não apenas a aquisição de competências específicas, mas também o desenvolvimento de habilidades gerais e socioemocionais.

Criados através da promulgação da Lei nº 11.892/2008, houve uma significativa reestruturação à Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Foram criados 38 Institutos Federais (IFs) no país, além de 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), o Colégio Pedro II, 22 escolas técnicas vinculadas as universidades federais e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTDPR). Conforme Instituto Federal do Acre (2024), atualmente, entre essas instituições, 685 unidades descentralizadas fazem parte da EPT.

Com uma estrutura multicampi e clara definição do território de abrangência de suas ações, os Institutos Federais apresentam a missão de identificar problemas e criar soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social, em suas respectivas regiões (Pacheco, 2011).

Conforme esse autor, essas instituições têm se destacado ao adotar uma abordagem integrada de ensino, que permite que a formação técnica e tecnológica, seja oferecida de forma combinada/ teoria e prática de maneira profunda e significativa. Visa não apenas capacitar os estudantes com conhecimentos técnicos, mas também prepará-los para os desafios da inovação e da resolução de problemas complexos.

Embora os Institutos Federais desempenhem um papel crucial na democratização do ensino profissionalizante e tecnológico no Brasil, ainda existem disparidades significativas a serem superadas.

Stürmer (2022) esclarece que ao assumir compromisso de promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural em uma perspectiva local e regional, as populações em situação de vulnerabilidade social – como pessoas com deficiência, comunidades étnicas marginalizadas, migrantes, e grupos LGBTQIAPN+ – continuam a lidar com barreiras estruturais que dificultam o acesso e a permanência nos Institutos. Essas dificuldades são amplificadas pela reprodução de processos de segregação socioespacial institucionalizados, que refletem as dinâmicas de exclusão observadas na sociedade em geral.

Nesse contexto, os Institutos Federais devem assumir seu compromisso como catalisadores de transformações sociais, através de iniciativas que fortaleçam o sentimento inclusivo, colaborando com a mitigação das desigualdades enfrentadas por esses grupos (Stürmer, 2022).

Um outro grande desafio é a articulação entre a formação oferecida pelos Institutos Federais e as necessidades do mercado de trabalho. A velocidade das mudanças tecnológicas, combinada com a natureza globalizada e interconectada da economia, exige uma constante atualização dos currículos e dos métodos de ensino. Para atender a essas expectativas, essas instituições devem se reinventar continuamente, mantendo uma forte conexão com os setores produtivos, prevendo tendências e desenvolvendo competências que ainda não foram demandadas de forma explícita pelo mercado (Silva e Coutinho, 2024).

Esses autores também citam como fator desafiador, a continuidade e sustentabilidade das políticas públicas quanto a garantia orçamentária. A criação dos Institutos Federais representou uma grande conquista, mas, as políticas públicas educacionais precisam ser adaptadas às novas realidades do país, principalmente quanto ao financiamento adequado para manutenção e crescimento dessas instituições (Silva e Coutinho, 2024).

É necessário um esforço coletivo que envolva escolas, empresas, governos e toda a sociedade, visando à valorização do ensino técnico e tecnológico como ferramenta para formar alunos críticos, conscientes de seu papel social, capacitados em suas profissões.

3 O IF GOIANO - CAMPUS RIO VERDE E O ENSINO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA

Inaugurado em 05 de julho de 1967 como Ginásio Agrícola, esta instituição foi uma resposta à crescente demanda por profissionais qualificados no setor agropecuário, em um contexto de expansão econômica nacional. A Figura 1 apresenta o edifício escolar do Ginásio Agrícola em 1979, atualmente denominado Bloco Administrativo do IF Goiano Campus Rio Verde.



Figura 1 – Colégio Agrícola de Rio Verde – 1979
Fonte: IBGE (2019).

O Campus Rio Verde do IF Goiano está localizado na zona rural do município de Rio Verde, no estado de Goiás. Com o crescimento da cidade ao longo dos anos, os limites do campus passaram a se confrontar com os bairros Vila Renovação, Vila Mutirão, Residencial Gameleira e Parque das Gameleiras, integrando a área da instituição ao contexto urbano.

O município de Rio Verde, situado na microrregião do sudoeste goiano, possui uma área territorial de 8.386,831 quilômetros quadrados e uma população estimada de 235.647 habitantes, sendo a quarta cidade mais populosa de Goiás, conforme o censo de 2019 do IBGE (Rio Verde, 2019).

A Figura 2 apresenta a localização geográfica do município de Rio Verde. Distante à 220 km da capital do estado e à 450 km do Distrito Federal, possui como municípios limítrofes Aparecida do Rio Doce, Cachoeira Alta, Caiapônia, Castelândia, Jataí, Maurilândia, Montividiu, Paraúna, Quirinópolis, Santa Helena de Goiás e Santo Antônio da Barra.

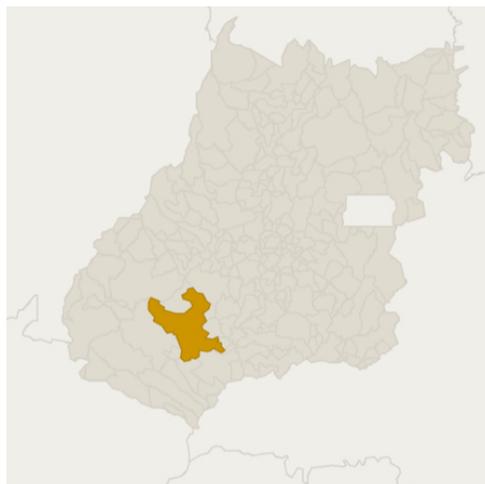


Figura 2 – Localização do Município de Rio Verde – GO
Fonte: IBGE (2019).

O município de Rio Verde possui uma topografia predominantemente plana e características climáticas que incluem uma estação seca de maio a outubro e uma chuvosa de novembro a abril, condições favoráveis para a agricultura, que é essencial para a economia local. A vegetação típica é o cerrado, com regiões de matas residuais, e o solo predominante é o latossolo vermelho-escuro. Essas condições indicam o potencial agrícola da região, refletido na importância de Rio Verde como um centro produtivo de grãos, como arroz, milho e soja, com uma produção anual que atinge 1,2 milhões de toneladas (Rio Verde, 2019).

Nesse contexto regional, favorável ao desenvolvimento das atividades de exploração do campo, e diante de um cenário nacional de modernização da agricultura, impulsionado por políticas públicas voltadas à expansão e modernização da produção agrícola, essa instituição de ensino consolidou-se como uma instituição chave para a formação de mão de obra qualificada (Leão, 2015).

No contexto histórico, durante a década de 1960, o Brasil enfrentava uma conjuntura de intensa industrialização e expansão das exportações agroindustriais, motivada pela demanda do mercado internacional e pela necessidade de aumentar a produção agrícola. Além da abertura de novas áreas agrícolas, o êxodo rural – impulsionado pela busca por melhores oportunidades nas cidades – exigiu a criação de alternativas para fixar a população no campo e melhorar suas condições de vida.

Assim, a fundação de instituições como o Ginásio Agrícola de Rio Verde, contribuiu não apenas para a formação de profissionais qualificados, mas também para mitigar os problemas sociais gerados pela rápida urbanização, promovendo um novo modelo de desenvolvimento regional (Leão, 2015).

Em 1968, essa instituição foi rebatizada de Colégio Agrícola de Rio Verde, passando a oferecer as três séries do segundo ciclo. Em 1979, tornou-se a Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, ampliando sua oferta com o curso Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária. Essa transformação alinhou-se à expansão das escolas agrotécnicas federais, em resposta à crescente demanda por profissionais no setor agrícola (Dourado; Oliveira, 2018).

Com a desvinculação da educação profissional do ensino médio, promovida pelo Decreto-Lei número 2.208/1997, a instituição adaptou-se às novas diretrizes, oferecendo cursos técnicos nas modalidades concomitante e subsequente. Essa mudança refletiu uma tendência mais ampla na educação brasileira, que buscava alinhar a formação técnica às

necessidades do mercado, embora tenha gerado desafios, como a redução da oferta de ensino médio integrado (Pacheco, 2011).

A transformação da Escola Agrotécnica de Rio Verde em Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-RV) em 2002 e sua incorporação à Rede Federal de Ensino em 2008 como Campus Rio Verde, sob a nova legislação da Lei nº 11.892/08, evidenciam a contínua evolução da instituição em resposta às mudanças nas políticas educacionais e às demandas sociais.

Atualmente, o Campus oferece dez cursos técnicos, nove de graduação em bacharelado, dois em licenciatura e dois em tecnologia, além de oito cursos de mestrado e dois cursos de doutorado (IF Goiano, 2022). Com uma população estudantil de 5.772 alunos em 2019, a maioria oriunda de Rio Verde e de 27 cidades circunvizinhas, o campus se consolida como um importante polo educacional na região (Brasil, 2020).

3.1 O Ensino Técnico em Agropecuária no IF Goiano - Campus Rio Verde

Conforme evidenciado, a formação profissional no Brasil foi marcada por uma percepção dualista, onde o ensino técnico era considerado inferior ao ensino acadêmico. Essa visão estereotipada associava a educação agrícola, muitas vezes, a atividades braçais, relegando o ensino técnico a uma posição secundária na formação de trabalhadores.

Historicamente, o ensino técnico se diferenciou do ensino agrotécnico quanto à sua origem. Enquanto a formação técnica estava voltada para o meio urbano, impulsionada pela industrialização no Brasil, a formação agrotécnica se fortaleceu a partir das transformações capitalistas nas décadas de 1950 e 1960, especialmente com a proposta governamental conhecida como Revolução Verde. Essa iniciativa, impulsionada principalmente pela substituição dos insumos tradicionais por modernos – como máquinas, tratores, colheitadeiras, fertilizantes e defensivos químicos, etc. – visava modernizar a produção agrícola (Sobral, 2015).

A Revolução Verde foi um conjunto de inovações tecnológicas e práticas agrícolas desenvolvidas entre as décadas de 1940 e 1960, com o objetivo de aumentar a produção de alimentos e enfrentar os desafios da fome mundial, especialmente em países em desenvolvimento. No Brasil, a implementação de iniciativas relacionadas à Revolução Verde começou principalmente durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Na época, o governo brasileiro estava alinhado com a ideia de modernizar a agricultura e aumentar a produção para atender à crescente demanda alimentar e promover o desenvolvimento econômico.

Diante das novas técnicas agrícolas apresentadas e das demandas imediatistas do mercado, foi necessário capacitar a mão de obra para operacionalizar esse processo. Assim, a Rede Federal de Ensino Agrícola foi designada para articular propostas de formação técnica, com currículos na área agrícola orientados a fomentar essa capacitação, promovendo a criação de cursos técnicos em agropecuária em todo o país (Sobral, 2015).

O Instituto Federal Goiano - Campus Rio Verde, então denominado Escola Agrícola de Rio Verde, foi uma das instituições que se adaptou a essa demanda, incluindo o curso Técnico Agrícola em sua grade curricular para formar profissionais capazes de lidar com as novas tecnologias e demandas do setor.

O setor agropecuário se tornou essencial para a produção de alimentos e matérias-primas de origem animal e vegetal, desempenhando um papel fundamental na economia e no abastecimento humano. A crescente modernização agropecuária, alavancada pela inserção tecnológica no meio rural, e a tecnificação crescente dos produtores, foram condicionantes

para que o setor demandasse um profissional capaz de promover uma nova extensão rural: o Técnico em Agropecuária (Sobral, 2015).

3.2 O profissional Técnico em Agropecuária

O Técnico em Agropecuária é o profissional capacitado para desenvolver atividades ligadas à produção agropecuária, com suas competências e atribuições detalhadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 3211-10). Com base nessa classificação, o Ministério da Educação incluiu essas competências no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, direcionando a formação técnica para o setor agropecuário. Esse catálogo define as habilidades necessárias para que esses profissionais possam atuar de forma eficaz na produção agrícola e pecuária, contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil.

O Quadro 1 apresenta as habilidades necessárias para o profissional Técnico em Agropecuária, conforme estipulado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 15 de dezembro de 2020:

Quadro 1 – Habilidades do Técnico em Agropecuária

Atividade	Descrição
Planejamento e Gestão	Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais.
Elaboração de Projetos	Projetar e executar projetos de produção agropecuária, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).
Estudos Técnicos	Prestar assistência técnica para estudos, desenvolvimento de projetos, pesquisas tecnológicas e trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
Orçamentos e Laudos	Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, incluindo a incorporação de novas tecnologias.
Assistência Técnica	Assistir tecnicamente áreas de crédito rural e agroindustrial, topografia, impacto ambiental, benfeitorias rurais, drenagem e irrigação.
Manejo de Solo e Florestas	Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, matas e florestas, otimizando os fatores climáticos.
Produção de Mudas e Sementes	Realizar a produção de mudas e sementes em viveiros e casas de vegetação.
Nutrição e Manejo Alimentar	Planejar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
Processamento Agroindustrial	Planejar, organizar e monitorar o preparo, conservação e armazenamento de matéria-prima e produtos agroindustriais.
Recomposição Florestal	Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
Melhoramento Genético	Aplicar métodos e programas de melhoramento genético.

Manejo de Insumos	Assistir tecnicamente na aplicação, comercialização e manejo de insumos agropecuários, como sementes, fertilizantes e defensivos.
Análise de Solos e Tratos Culturais	Interpretar análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratos culturais.
Controle de Pragas e Doenças	Selecionar e aplicar métodos de controle de pragas, vetores, doenças e plantas daninhas.
Colheita e Pós-Colheita	Planejar e acompanhar a colheita e as etapas de pós-colheita.
Supervisão de Produtos Agropecuários	Supervisionar o armazenamento, conservação, comercialização e industrialização de produtos agropecuários.
Programas Sanitários	Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial.
Fiscalização de Produtos	Emitir laudos e exercer fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.
Controle de Qualidade	Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.
Manejo Animal	Manejar animais de acordo com categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
Bem-Estar Animal	Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.
Treinamento de Equipes	Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.
Aplicação de Legislação	Aplicar legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.
Sustentabilidade	Aplicar práticas sustentáveis no manejo e conservação do solo e da água.
Comercialização	Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agropecuários e animais.
Gestão Econômica e Financeira	Executar a gestão econômica e financeira da produção agropecuária.
Administração Rural	Administrar e gerenciar propriedades rurais.
Imóveis Rurais	Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.
Operação de Equipamentos	Operar, manejar e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.
Monitoramento Remoto	Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento da produção agropecuária.

Legenda: Desenvolvido pelo autor (2024); fonte dos dados: Brasil (2020).

O Projeto Pedagógico do Curdo (PPC) do Campus Rio Verde incorporou as habilidades exigidas para o Técnico em Agropecuária, reforçando a conexão entre a formação oferecida pelo IF Goiano e as necessidades da comunidade regional.

O Curso Técnico em Agropecuária é fundamentado em diretrizes legais nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a Lei de Criação dos Institutos Federais, que

incentivam a verticalização do ensino. Esse modelo permite que os estudantes sigam uma trajetória educacional contínua, desde o nível técnico até o doutorado, dentro da mesma instituição. Assim, os alunos têm a oportunidade de participar de projetos de pesquisa e extensão voltados para as demandas regionais, o que contribui de maneira significativa para seu desenvolvimento educacional e profissional.

4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio constitui uma etapa importante na vida do discente, permitindo ao aluno familiarizar-se com a rotina e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Ele pode atuar como um facilitador da união entre teoria e prática, atenuando o impacto da transição da vida estudantil para a vida profissional e contribuindo para reduzir a situação de insegurança, fortalecendo a confiança do aluno em suas potencialidades por meio da prática (Batista, 2017).

4.1 Breve Relato da Evolução do Estágio Supervisionado no Brasil

Segundo Colombo e Ballão (2014), a palavra “estágio” tem origem no latim medieval *stadium*. A partir dessa raiz latina, o termo *stage* surgiu na literatura francesa antiga em 1630, relacionado ao período de transição em que um sacerdote passava por treinamento antes de exercer completamente suas funções. Esse período, durante o qual o padre deveria residir na igreja até adquirir todos os seus direitos, deu origem ao conceito de “residência”, posteriormente utilizado para descrever o estágio ou período de prática necessário para a profissionalização médica.

No início do século XIX, a língua francesa incorporou em seu dicionário a palavra *stagiaire*, designando o profissional ou estudante, que durante um período pré-determinado, executa um conjunto de tarefas para desenvolver novas habilidades (Colombo; Ballão, 2014).

No início do século XX, a palavra foi incorporada ao português com a grafia de “estagiário”. Sua definição evoluiu ao longo do tempo, passando de uma simples atividade de acompanhamento prático a um mestre na Idade Média a uma atividade curricular de curso ofertada por instituições de ensino nos dias atuais (Colombo; Ballão, 2014).

No Brasil, o termo sofreu mudanças conceituais com a implementação gradual de ordenamentos paralelos esparsos, até chegar à legislação específica vigente, que busca garantir a finalidade formativa dos estudantes (Pasqualetto; Fonseca, 2016).

Embora não tenha havido um marco legislativo claro que formalizasse a regulamentação do aprendizado prático no Brasil, o Decreto nº 7.556 de 1909 pode ser considerado o ponto de partida dessa regulamentação. Esse decreto foi responsável pela criação das Escolas de Aprendizes Artífices, definindo como essas instituições deveriam ser estruturadas e organizadas em todo o território nacional, exceto no Distrito Federal e no estado do Rio Grande do Sul. Nesses locais, já existia o Instituto Técnico Profissional, o que dispensava a aplicação do decreto nessas regiões (Pasqualetto; Fonseca, 2016).

O objetivo central das Escolas de Aprendizes Artífices era promover a formação técnica de jovens para que pudessem ingressar no mercado de trabalho com uma qualificação adequada, refletindo o desejo de modernização e industrialização do país naquela época. Assim, o decreto foi fundamental para estabelecer as bases da educação profissional no Brasil, servindo como um embrião para futuras iniciativas de regulamentação formal da educação técnica e do aprendizado prático.

Colombo e Ballão (2014) destacam que, antes das primeiras regulamentações, as atividades de estágio eram determinadas a critério da instituição de ensino, gerando um vínculo empregatício entre o aluno e a empresa. Nesse contexto, o tempo de serviço correspondente poderia ser contabilizado para fins de aposentadoria. A primeira

regulamentação formal do estágio definia essa atividade como "um período de trabalho realizado pelo estudante em alguma indústria, sob o controle de um docente" (Colombo; Ballão, 2014, p. 174).

Pasqualetto e Fonseca (2016) apontam que essa regulamentação ocorreu em 1942, com a promulgação do Decreto-Lei nº 4.073, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, estabelecendo as bases de organização e regime desse tipo de ensino. Nesse mesmo ano, o Decreto-Lei nº 4.048 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Embora o estágio prevísse supervisão por um professor, essa prática nem sempre cumpria seu papel educativo, assemelhando-se mais a uma forma de obtenção de mão de obra a baixo custo. Isso ocorria devido à falta de formalização entre a escola e a empresa, levando a atividade a ser vista apenas como um trabalho (Colombo; Ballão, 2014).

Os autores destacam que a Portaria nº 1.002, emitida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social no final da década de 1960, foi um marco na regulamentação dos estágios, ao apresentar esse processo como uma ferramenta de aperfeiçoamento do ensino e de integração entre escola e empresa. A regulamentação determinava que o estágio deveria ser formalizado pelo contrato, especificando duração, carga horária, valor da bolsa e cobertura de seguro contra acidentes pessoais, além de esclarecer que não haveria vínculo empregatício, nem obrigações de encargos sociais, pagamento de férias ou 13º salário. Apesar disso, o foco permanecia voltado para os interesses das empresas, em continuidade à política de estágio iniciada com o Decreto-Lei nº 4.073/42.

Nas décadas seguintes, não ocorreram mudanças substanciais nas normas que definem o papel do estágio como parte da formação dos alunos. O foco das diretrizes continuava voltado para o setor produtivo, principalmente nas áreas carentes de mão de obra, consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico do país.

A promulgação da Lei nº 5.692/71 (LDB), embora tenha estabelecido as diretrizes e bases da educação nacional e promovido a profissionalização em todas as escolas secundárias, fez isso de maneira antidemocrática e burocrática. A lei não conferiu papel ativo à escola nem à comunidade escolar, incluindo pais, trabalhadores e empresários, na implementação do estágio como parte complementar da formação dos estudantes. Além disso, Colombo e Ballão (2014) apontam que a LDB permitiu improvisações no cumprimento dessa exigência legal, muitas vezes resultando em uma prática precária, pois a responsabilidade pela oferta de estágios recaía sobre a entidade interessada, que deveria coordenar com as instituições de ensino.

Em 7 de dezembro de 1977, foi sancionada a Lei nº 6.494, que dispunha especificamente sobre os estágios de estudantes de ensino superior, profissionalizante de segundo grau e supletivo (Brasil, 1977).

Lima e Marram (2011) argumentam que, apesar de décadas de regulamentações, a questão do estágio até esse momento permaneceu dominada por uma concepção fragmentada, refletida de forma dispersa nas políticas educacionais e sem contribuir efetivamente para uma formação integral do estudante. Esta perspectiva sugere que os regulamentos existentes não conseguiram atender plenamente aos objetivos educacionais do estágio, deixando lacunas na preparação prática dos alunos.

A Lei nº 6.494/1977 passou por diversas modificações ao longo de sua vigência, até ser revogada em 2008 pela Lei 11.788/2008, a atual legislação que regulamenta os estágios.

Conforme Pacheco (2011), essa nova legislação define o estágio como um ato educativo supervisionado, realizado em ambientes de trabalho para preparar os educandos para o exercício de atividades produtivas. O estágio é destinado a alunos que cursam diferentes níveis de ensino, incluindo educação superior, educação profissional, ensino médio,

educação especial e os anos finais do ensino fundamental, especificamente na modalidade de educação profissional para jovens e adultos. Essa definição enfatiza a importância do estágio como uma oportunidade de aprendizado prático que complementa a formação teórica dos estudantes, contribuindo para sua preparação para o mercado de trabalho.

Esse ordenamento trouxe mudanças importantes na regulamentação do estágio, abordando pontos omissos em legislações anteriores e corrigindo questões que, por vezes, colocavam os estudantes em situação de vulnerabilidade perante as mantenedoras de estágio (Lima, 2019).

A autora destaca que essa legislação inovou ao garantir direitos inéditos aos estudantes, como a criação de um ambiente seguro de estágio e a conscientização sobre a responsabilidade social tanto da instituição mantenedora do estágio quanto da instituição de ensino. Além disso, destacou a importância dessas instituições em promover a formação cidadã dos estudantes, incentivando a participação democrática e o desenvolvimento profissional e social dos discentes.

Lima (2019) relata que a Lei nº 11.788/2008 representa um marco na regulamentação das relações de estágio, com o objetivo não apenas de proteger os estudantes, mas também de promover um ambiente de aprendizado que favoreça a integração entre teoria e prática. Esse ordenamento consolidou o estágio como um ato de ensino-aprendizagem de caráter pedagógico, excluindo o vínculo empregatício entre o estudante e a concedente, e reafirmou o papel da instituição de ensino como responsável pelo acompanhamento e supervisão do aluno durante o estágio.

Nesse contexto, a autora destaca a importância do papel do Ministério do Trabalho na fiscalização e na garantia dos direitos dos estagiários, sendo o principal órgão responsável por assegurar o cumprimento das normas e garantias previstas na Lei nº 11.788/2008.

Na época da promulgação da Lei nº 11.788/2008, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou a Nova Cartilha Esclarecedora Sobre a Lei do Estágio. Esse documento destacou a importância dessa regulamentação tanto para o país quanto para o desenvolvimento pedagógico e profissional dos estudantes, enfatizando que um ambiente adequado para a realização do estágio contribui para um mercado de trabalho mais justo e facilita a aplicação prática da teoria.

A nova lei dos estágios aprimorou significativamente o conceito de estágio ao introduzir duas mudanças principais. A primeira estabelece que o estagiário deve receber um tratamento diferenciado dentro da empresa. A segunda mudança determina que a escola deve acompanhar o estágio, vinculando-o formalmente ao processo didático-pedagógico. (Colombo; Ballão, 2014).

Os autores destacam que a lei atual buscou corrigir a precarização do estágio, que anteriormente resultava de interesses comerciais sobre o trabalho dos estagiários. A legislação enfatiza o interesse pedagógico das instituições de ensino, integrando o estágio como um componente curricular essencial.

Apesar dos avanços na legislação, é crucial que os gestores educacionais assumam um papel ativo em sua implementação, pois a lei, por si só, não basta para superar as dicotomias conceituais profundamente enraizadas na cultura laboral brasileira. Para que o estágio deixe de ser uma forma de trabalho precário na educação brasileira, é necessário transformá-lo em uma atividade pedagógica que contribua efetivamente para a formação de profissionais qualificados, ao mesmo tempo promovendo vínculos de cooperação entre a escola, o currículo e o setor produtivo (Colombo; Ballão, 2014).

No Quadro 2, podemos verificar um resumo das principais mudanças introduzidas pela legislação vigente em comparação à anterior:

Quadro 2 – Comparativo entre as duas últimas legislações do estágio

Assunto	Lei nº 6.494/77 e Dec. nº 87.497/82, que a regulamentou	Lei nº 11.788/2008
Estágio no Projeto Pedagógico do Curso	Art. 4º do Decreto: As instituições de ensino regularão a matéria contida neste decreto e disporão sobre: alínea a) inserção do estágio curricular na programação didático-pedagógica.	Art. 1º, par. 1º: O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.
Equiparação das atividades de extensão ao estágio	Art. 2º da Lei: O estágio, independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividade de extensão, mediante a participação do estudante em empreendimentos ou projetos de interesse social.	Art. 2º, par. 3º: As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso.
Avaliação das instalações da parte concedente do estágio	Não previa.	Art. 7º, inciso II: Cabe à instituição de ensino avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando.
Indicação de professor orientador/responsável	Não previa.	Art. 7º, inciso III: Cabe à instituição de ensino indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário.
Indicação de funcionário para orientar e supervisionar o aluno	Não previa.	Art. 9º, inciso III: Cabe à instituição de ensino indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.
Jornada de atividade de estágio	Art. 5º da Lei: A jornada de atividade em estágio, a ser cumprida pelo estudante, deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o horário da parte em que venha o correr o estágio.	Art. 10º, inciso II: 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
Recesso Remunerado	Não tinha direito.	Art. 13: É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas

		férias escolares.
Saúde e Segurança do estagiário	Não previa.	Art. 14: Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.
Penalidades para o descumprimento da Lei	Não previa.	Art. 15: A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Fonte: Adaptado de Bernardim (2010).

A Lei nº 11.788/2008 representou um marco significativo em relação à Lei nº 6.494/1977, trazendo uma série de avanços no que tange à regulamentação do estágio supervisionado no Brasil. Em comparação com a legislação anterior, a nova lei trouxe um nível de formalização maior, garantiu condições melhores para os estagiários, estabeleceu mais clareza nas suas regras e ampliou a responsabilidade das empresas e das instituições de ensino.

Entre as inovações, está a distinção clara entre as modalidades de estágio obrigatório e não-obrigatório, que antes não eram devidamente especificadas na legislação anterior. O estágio obrigatório, de acordo com a nova lei, deve ser uma atividade prevista no projeto pedagógico do curso, com caráter imprescindível para a formação do estudante, sendo requisito para a obtenção do diploma. Já o estágio não-obrigatório, por sua vez, não faz parte do currículo oficial do curso, sendo optativo, mas igualmente relevante, uma vez que complementa a formação acadêmica e profissional do aluno, permitindo-lhe expandir seus horizontes de aprendizagem e se inserir no mercado de trabalho de forma mais qualificada.

Ao mesmo tempo, a lei tem sido um instrumento importante na promoção da inclusão social, ao garantir que o estágio seja uma oportunidade de aprendizado remunerado e supervisionado, promovendo o desenvolvimento profissional e a cidadania entre os jovens estudantes. Nesse contexto, o art. 12 da Lei nº 11.788/2008 trata da concessão de bolsa para as duas modalidades de estágio, estabelecendo que, para o estágio não-obrigatório, a bolsa é de concessão compulsória. No entanto, a legislação deixa uma lacuna importante, ao não determinar um valor mínimo para essa bolsa, o que pode resultar em situações de abuso por parte da empresa ou instituição concedente, conforme observa Buriolla (2011). Apesar dessa falha, a lei, de maneira geral, estabeleceu um avanço em relação à remuneração dos estagiários, especialmente no que tange ao estágio não-obrigatório, proporcionando maior inclusão e democratização ao acesso a experiências práticas.

Buriolla (2011) destaca que, ao longo do estágio, o aluno deve ser exposto a situações práticas supervisionadas, que o prepararam para a vida profissional, oferecendo-lhe uma revisão contínua de suas habilidades e conhecimentos. Esse objetivo pedagógico é uma das razões pelas quais a Lei nº 11.788/2008 exige a supervisão tanto pela instituição de ensino quanto pela parte concedente do estágio, o que garante que a experiência prática esteja alinhada ao processo de aprendizado acadêmico.

A legislação, ao estipular essas responsabilidades, busca direcionar o estágio para seu propósito principal: a formação do estudante, o que é um avanço importante em relação à Lei nº 6.494/1977, que não detalhava essas diretrizes de maneira tão explícita.

No entanto, como aponta Garrido (2005), apesar das intenções da legislação, a realidade do estágio ainda é marcada por falhas na operacionalização de seus parâmetros. Em muitos casos, as atividades de estágio não são suficientemente padronizadas e a supervisão não é realizada de forma adequada. Além disso, a falta de integração entre a instituição de ensino e a parte concedente é um desafio constante, o que muitas vezes compromete a qualidade da experiência do estagiário. Muitos estagiários se veem, então, tendo que realizar atividades pouco relacionadas ao aprendizado de suas áreas e não recebem o acompanhamento necessário para seu pleno desenvolvimento profissional.

A perspectiva de Buriolla (2011) é de que, em muitas situações, o estágio ainda é visto como um apêndice do curso, um complemento que, na prática, não recebe a devida atenção, o que demonstra uma desconexão entre o que a lei idealiza e a sua execução no campo.

Portanto, embora a Lei nº 11.788/2008 tenha trazido avanços significativos, como a obrigatoriedade do estágio supervisionado e a clareza nas suas modalidades, há uma disparidade entre o que é estabelecido normativamente e a realidade enfrentada pelos estagiários no dia a dia.

Como observam os autores citados, a concepção legal busca proteger todas as partes envolvidas, promovendo uma formação de qualidade, mas o cumprimento efetivo dessas normas ainda encontra desafios operacionais que comprometem o seu pleno sucesso. As questões de supervisão, integração e a falta de estrutura nas empresas concedentes são obstáculos que precisam ser enfrentados para que a legislação alcance o seu potencial máximo, assegurando ao estagiário não apenas a oportunidade de aprendizado, mas uma experiência formativa significativa e alinhada às exigências do mercado de trabalho.

4.2 Os Integrantes da Relação do Estágio

A articulação entre os participantes do estágio supervisionado é definida pela Lei nº 11.788/2008, conforme mencionado anteriormente. Segundo essa legislação, a relação é composta por três atores principais: o Estudante, a Concedente do estágio e a Instituição de Ensino, sendo que esta última pode contratar um Agente de Integração para tratar das questões administrativas, configurando um possível quarto ator nessa relação.

Cada parte envolvida no estágio possui funções específicas, que devem ser formalmente estabelecidas no Termo de Compromisso. De acordo com Marran (2011), esse documento é fundamental para definir as responsabilidades do estudante, tanto no cumprimento dos requisitos profissionais quanto no comprometimento com a instituição concedente. Além disso, o estudante deve manter comunicação regular com o professor responsável, fornecendo devolutivas, e utilizar as orientações levantadas pelo supervisor profissional, quando aplicável.

O Termo de Compromisso serve como guia para assegurar que as condições do estágio estejam adequadas à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade de formação do estudante e ao calendário escolar. Nesse termo, também são definidas as obrigações de cada parte envolvida na relação (Pasqualetto, 2009).

Para que o estágio cumpra seu papel formador, é essencial que todas as partes envolvidas atuem como agentes fiscalizadores, prevenindo o desvirtuamento do processo por qualquer um dos envolvidos. Isso inclui evitar práticas como a execução de atividades

incompatíveis com a formação do aluno, carga horária excessiva, ou a ocorrência de ambientes discriminatórios, entre outros.

4.2.1 O Estudante

O Estudante é a parte mais importante do processo, para a qual os esforços formativos devem estar direcionados. Para tal, é necessário o bom planejamento tanto das concedentes quanto das instituições de ensino, visando proporcional uma imersão profissional que expresse a realidade do mundo do trabalho. Essa vivência abre a possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sala de aula, contribuindo para o acúmulo de saberes que beneficiam a vida acadêmica, profissional e pessoal dos estudantes (Zabalza, 2015).

Para os estudantes, Zabalza (2015) aponta que o estágio oferece a oportunidade de aplicar conhecimentos e habilidades em contextos práticos, desenvolver competências orientadas à participação gradual em um amplo espectro de atividades práticas, contrastar seu envolvimento com a profissão, compreender melhor a prática real de sua área de atuação e avaliar seu progresso, identificando áreas que requerem maior desenvolvimento pessoal e/ou profissional.

A jornada do aluno estagiário, embora seja uma experiência de imersão essencial para sua formação, é repleta de desafios que, muitas vezes, dificultam o pleno aproveitamento dessa vivência. Para que o estágio cumpra sua função pedagógica de promover a integração entre teoria e prática, é necessário que haja um planejamento adequado tanto por parte das empresas concedentes quanto pelas instituições de ensino.

Nesse contexto a concessão de bolsas de estágio tem um papel importante, ajudando a amenizar o impacto das dificuldades financeiras que muitos estudantes enfrentam. A bolsa, embora não seja obrigatória para o estágio obrigatório, é prevista por lei para estágios não obrigatórios, sendo uma forma de compensar o estagiário pelo trabalho desempenhado. Porém, como a legislação não estipula um valor mínimo para essas bolsas, muitos estagiários se veem em situações difíceis, em que o valor pago pela concedente não cobre sequer as despesas básicas, como transporte e alimentação.

Essa realidade dificulta a dedicação exclusiva ao estágio, levando muitos estudantes a se envolverem em atividades paralelas para suprir suas necessidades financeiras, o que compromete o seu desenvolvimento acadêmico e profissional.

4.2.2 Concedente de Estágio

Conforme o Estatuto do Instituto Federal Goiano e a Lei nº 11.788/2008, a realização do estágio no ambiente da concedente deve ser supervisionada por um profissional designado como Supervisor de Estágio. Esse supervisor é responsável por acompanhar as atividades do aluno, seguindo as diretrizes estabelecidas no Plano de Atividades e na Ficha de Avaliação Final, de modo que a avaliação reflita o desenvolvimento do aluno ao longo do período de estágio.

O regulamento especifica que o Supervisor de Estágio desempenha um papel crucial para garantir o sucesso da experiência formativa. Suas principais responsabilidades incluem orientar o estagiário em suas tarefas, relatar fatos relevantes ocorridos durante as atividades e, ao final de um período pré-determinado – geralmente um semestre – enviar à instituição de ensino a avaliação do estagiário, utilizando o instrumento apropriado fornecido por esta. Essa estrutura visa assegurar que o estágio cumpra sua função educativa e contribua efetivamente para a formação profissional do aluno.

A compreensão do estágio como um componente pedagógico eficaz está intimamente ligada ao papel fundamental do supervisor nesse processo. Esse profissional ajuda o aluno a observar os detalhes da profissão nas situações cotidianas, facilitando a conexão entre o conhecimento teórico e a prática (Yoshioka, 2005).

O supervisor, portanto, atua como um elo entre a instituição de ensino e a unidade concedente. Quanto mais estreita for essa colaboração, melhores serão os resultados do estágio. As informações obtidas nesse contexto também contribuem para aprimorar o Projeto Pedagógico do curso, retroalimentando a formação dos estudantes.

Entretanto, Bernardim (2010) observa que muitas empresas utilizam o estágio como um meio de obter mão de obra barata, evitando encargos trabalhistas e previdenciários, o que minimiza o risco de ações trabalhistas. A isenção de impostos sobre a atividade do estagiário incentiva as empresas a contratar estudantes, mas alguns empregadores oferecem vagas de estágio apenas para obter mão de obra barata sem vínculos empregatícios, reduzindo custos com encargos previdenciários.

Nessa mesma perspectiva, Fejoli (2015) comenta que as empresas contratam estagiários para funções que não estão relacionadas à área de estudo do aluno, distorcendo a proposta do estágio. Nessas situações, o estágio é usado como forma de fraudar as obrigações trabalhistas.

A supervisão deve ser vista como um processo educativo no qual o supervisor e supervisionado aprendem em conjunto, promovendo um ambiente de troca e debate. Essa dinâmica assegura que a prática profissional esteja fundamentada em uma base teórica sólida.

No entanto, estágio realmente conecte aprendizado e prática, as empresas também precisam ampliar sua perspectiva ao receber estagiários. É fundamental que a primazia pedagógica prevaleça sobre interesses privados e a busca por lucratividade, e que as empresas compreendam que o estágio não deve ser tratado de forma secundária (Buriolla, 2011).

Essa perspectiva não contribui para o objetivo formativo do estágio nem cria um ambiente propício para que ele se desenvolva de maneira efetiva. A mudança necessária passa pela conscientização das empresas de que o estágio não é uma atividade acessória, mas sim uma parte fundamental na formação do aluno. O empresariado deve reconhecer seu papel como agente ativo no processo de ensino, assumindo responsabilidades legais e éticas não apenas em relação ao aluno, mas também à instituição de ensino e à sociedade.

4.2.3 A Instituição de Ensino

A participação da Instituição de Ensino na relação de estágio tem como objetivo zelar pelo interesse educacional e profissional do discente, sendo suas responsabilidades, conforme Pasqualetto (2016), voltadas para garantir que a experiência de estágio seja proveitosa.

Desse modo, a atuação do professor orientador como representante da Instituição de Ensino, é de acompanhar e assessorar o aluno ao longo do programa de estágio. A orientação é uma atividade essencial no ensino, com o objetivo de proporcionar ao acadêmico as condições necessárias para desenvolver ações alinhadas aos princípios e valores de sua futura prática profissional, bem como ao desempenho prático necessário para o desenvolvimento de habilidades conceituais, humanas e técnicas (Leite, 2019).

Zabalza (2015) destaca que as atividades do docente na orientação de estágios vão além das práticas convencionais, exigindo ações específicas e dedicação ao desenvolvimento e acompanhamento das atividades do aluno durante o estágio para que todo o potencial dessa importante ferramenta de aprendizado seja aproveitado.

O manual do estagiário do IF Goiano aponta que, dentre muitas outras, são atribuições do professor orientador a verificação e o acompanhamento das atividades dos alunos por meio de relatórios e também observar as condições de realização do estágio no aspecto pedagógico, garantindo que elas atendam ao objetivo formativo estabelecido no PPC (IF Goiano, 2022).

No entanto, essa atribuição, embora essencial para o bom andamento do estágio, não deve ser confundida com a fiscalização das condições de trabalho da empresa concedente, como segurança, saúde e direitos trabalhistas, que são responsabilidade dos órgãos competentes e da própria empresa. A incumbência do professor orientador deve ser limitada ao acompanhamento das condições pedagógicas do estágio, garantindo que ele seja um processo formativo que contribua para o aprendizado e desenvolvimento do estagiário. Esse é um ponto que precisa ser claramente delineado e, idealmente, complementado com uma maior cooperação entre as partes envolvidas para que a prática de estágio seja, de fato, benéfica tanto do ponto de vista acadêmico quanto profissional, respeitando as normas de segurança e de direitos do estagiário.

A crítica mais plausível seria a necessidade de uma legislação mais clara, que defina melhor o papel de cada parte e contemple mecanismos de fiscalização mais eficientes, evitando sobrecarregar as instituições de ensino com responsabilidades que não são de sua competência direta. Para que o estágio realmente cumpra seu papel de formar e qualificar os futuros profissionais, é fundamental que as instituições de ensino e as empresas concedentes reconheçam sua importância e ofereçam um ambiente de aprendizado adequado, com supervisão, orientação e condições de trabalho que favoreçam o crescimento do estagiário.

4.2.4 Agente de Integração

A participação do agente de integração na relação de estágio depende do interesse da parte concedente. A principal função desse agente é intermediar o processo de contratação do estudante como estagiário, sendo vedada sua atuação como representante de qualquer uma das partes envolvidas.

As funções do agente de integração estão claramente definidas na Lei nº 11.788/2008, que estabelece que ele deve identificar oportunidades de estágio, ajustar as condições para sua realização, acompanhar administrativamente o estágio, negociar seguros contra acidentes pessoais e cadastrar os estudantes.

Com o objetivo de proteger o estudante contra o desvirtuamento da finalidade pedagógica do estágio, o agente de integração é responsável por indicar ambientes de trabalho que sejam compatíveis com a programação curricular do curso. Essa atribuição inclui uma responsabilidade civil que visa assegurar que as experiências de estágio sejam educativas e benéficas para o aluno.

4.3 A Contribuição do Estágio Supervisionado para a Formação do Aluno

Os benefícios do estágio supervisionado são amplamente reconhecidos por diversos autores. Segundo Niskier e Natanael (2006), o estágio desempenha um papel significativo no processo de descoberta da vocação profissional do estudante, situando-o no mundo produtivo por meio de experiências que envolvem disciplina, senso de hierarquia, obediência a normas corporativas, trabalho em grupo, liderança, entre outros. O estágio insere o aluno na realidade extraescolar do trabalho, sendo uma extensão do currículo e um complemento essencial à

formação profissional. Ele se vincula aos objetivos do curso e integra os conhecimentos interdisciplinares adquiridos durante a aprendizagem teórica com a prática laboral.

Conforme Yoshioka (2005), o trabalho é o principal meio de subsistência para o indivíduo na sociedade capitalista contemporânea. A educação profissional deve fornecer condições formativas para o desenvolvimento de cidadãos capazes de enfrentar os desafios e exigências do mundo do trabalho de maneira que vão além da simples execução de atividades. É essencial que esses profissionais atuem de forma consciente e efetiva, com a capacidade de influenciar positivamente o ambiente de trabalho.

Contribuindo com essa perspectiva, Zarifian (2003) argumenta que uma preparação eficiente para o mundo do trabalho requer que a educação profissional promova um arcabouço de conhecimentos globais e específicos, capacitando o indivíduo a desenvolver competências profissionais. Essas competências incluem a compreensão dos processos produtivos de sua futura profissão, a incorporação de valores culturais do ambiente de trabalho e a busca constante pelo desenvolvimento profissional e pessoal.

Zarifian (2013) também destaca a importância de não apenas aprender a executar uma tarefa, mas compreender que existem múltiplas formas de realizá-la e reconhecer os motivos para a escolha de uma técnica em detrimento de outra. Essa abordagem enfatiza a necessidade de possuir uma compreensão profunda do trabalho, permitindo que o indivíduo desempenhe suas funções com competência e busque continuamente desenvolver habilidades para uma vida produtiva.

Buriolla (2011) acrescenta que o estágio é um momento de reflexão sobre a ação profissional que o aluno desempenhará. Ele permite ao aluno desenvolver uma visão crítica sobre as interações e relações presentes no campo de trabalho, promovendo o desenvolvimento de novos conhecimentos.

A autora aborda o estágio como um ambiente essencial para a prática e o desenvolvimento de habilidades concretas, destacando-o como um espaço onde o estagiário é exposto a diversas situações e atividades que contribuem para sua formação profissional. Segundo ela, é no estágio que a identidade profissional do estudante começa a tomar forma, sendo um processo que deve ser cuidadosamente planejado e executado de maneira progressiva e sistemática, permitindo uma experiência enriquecedora que fomente uma postura reflexiva e crítica.

Diante da relação entre educação e trabalho, o estágio surge como uma contribuição importante para a formação do indivíduo, integrando os aprendizados teóricos aos práticos e constituindo-se em uma ponte entre a escola e o mundo do trabalho.

Zabalza (2015) argumenta que um estágio bem planejado, orientado e avaliado pode proporcionar benefícios significativos, tanto tangíveis quanto intangíveis, ao aluno. Entre os principais ganhos estão o aprimoramento da qualificação acadêmica, o desenvolvimento pessoal, a preparação para a vida adulta, uma transição mais suave para o mercado de trabalho, o apoio à orientação vocacional, a integração entre teoria e prática, a redução da dependência escolar e a vivência de uma experiência única e enriquecedora.

Santos (2009) ressalta que, no contexto da aprendizagem, o estágio torna-se positivo para todos os envolvidos: para os alunos, que têm contato com o ambiente de sua futura profissão; para a concedente, que se beneficia do trabalho realizado e contribui para a formação de profissionais familiarizados com sua rotina e possivelmente aptos a atender suas necessidades; e para a instituição de ensino, que cumpre sua missão de desenvolver indivíduos aptos para o mundo do trabalho, estreita suas relações com a comunidade e pode, por meio da supervisão e dos resultados obtidos pelo estudante, reavaliar, adequar e melhorar seus processos.

4.4 Investigações Realizadas Sobre o Estágio Supervisionado de Alunos do Curso Técnico em Agropecuária

O trabalho desenvolvido por Limeira *et al.* (2020) teve como objetivo identificar as percepções sobre o currículo desenvolvido na formação dos egressos do curso Técnico em Agropecuário em 19 escolas técnicas distribuídas nas cinco regiões do país. Utilizando um formulário eletrônico, a pesquisa obteve o êxito de 80 formulários respondidos.

Dentre os resultados obtidos, o estágio supervisionado foi apontado como um componente de importância fundamental para a formação dos alunos, conforme representado na Tabela 1.

Tabela 1 – Grau de importância atribuído ao estágio supervisionado obrigatório

Grau de importância	Participação (%)
Muito importante, pois permitiu a aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática	78,80%
Muito importante porque possibilitou a inserção no mercado de trabalho	12,50%
Importante, mas não deveria ser obrigatório	5%
Pouco importante, pois não ajudou muito na complementação da formação técnica	3,70%
Total	100%

Fonte: Limeira *et al.* (2020).

Carneiro (2020) se propôs investigar se o estágio curricular obrigatório contribui de forma efetiva na formação e inserção profissional dos Técnicos em Agropecuária do Campus Urutaí do Instituto Federal Goiano. O autor aplicou questionários aos alunos do curso técnico de Agropecuária, tanto na modalidade integrada quanto na modalidade concomitante/subsequente, além de entrevistar os docentes orientadores e empresários concedentes de estágio.

A análise realizada no estudo revelou que o estágio desempenhou um papel fundamental na formação dos técnicos. No entanto, apesar da condução adequada do processo de estágio, a instituição de ensino deve empreender iniciativas para fortalecer a supervisão, orientação e avaliação das possíveis modificações na carga horária mínima do estágio, além de ajustar a estrutura curricular em relação às atividades práticas desenvolvidas na instituição. Adicionalmente, o pesquisador destaca a importância de aprofundar as investigações para avaliar a viabilidade de alterações no período de realização do estágio.

Furtado (2017) realizou uma pesquisa com o objetivo de investigar e avaliar como as atividades realizadas durante o estágio e as atividades práticas de experimentação desenvolvidas no trabalho de conclusão de estágio contribuíram para um aprendizado mais amplo dos estudantes e se houve também impacto na qualificação profissional dos estudantes egressos e concluintes do curso Técnico em Agropecuária.

O estudo foi desenvolvido no Centro Estadual Integrado de Educação Rural, localizado no Estado do Espírito Santo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários digitais aplicados aos estudantes concluintes e egressos do ano de 2016.

Os resultados apontaram que tanto os estudantes prestes a concluir o curso quanto os que já o haviam concluído reconheceram o estágio como um elemento essencial para uma formação sólida em sua área profissional. Além disso, destacaram que a elaboração do

trabalho de conclusão de estágio desempenhou um papel significativo na consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso.

O estudo de Castro (2020) teve como objetivo geral analisar a contribuição do estágio supervisionado na oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) de forma integrada pelo Campus Rio Pomba do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, visando à formação integral dos indivíduos. Esta pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, com coleta de dados realizada por meio de questionários aplicados aos alunos dos cursos técnicos de Agropecuária e Alimentos, além de entrevistas com os coordenadores desses cursos e servidores da Seção de Estágio. Entre os principais resultados, destacou-se o reconhecimento da importância do estágio por parte da instituição, dos estudantes e dos servidores. Observou-se também que a maioria dos estudantes expressou interesse em continuar seus estudos no ensino superior, indicando um crescente desinteresse pela área técnica.

Silva (2019) conduziu uma pesquisa na Escola Estadual de Educação Profissional e Tecnológica de Itaituba, no Estado do Pará, envolvendo alunos do Curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente que realizavam estágio durante o período da pesquisa, bem como servidores da escola diretamente envolvidos na supervisão dos estágios. O principal objetivo do estudo foi analisar o estágio curricular supervisionado na EPTNM e examinar como ele contribui para a formação da identidade profissional dos estudantes.

O escopo da pesquisa incluiu análise documental e coleta de dados de campo, utilizando instrumentos como grupos focais e entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicaram que o estágio, como um componente educativo e institucional, promove uma imersão profissional significativa e desempenha um papel crucial na construção da identidade profissional dos estudantes. Esse processo envolve autoconhecimento e redefinição de conceitos educativos vinculados ao mundo do trabalho, permitindo que os estudantes reconheçam e projetem sua identidade profissional de forma mais sólida e consciente.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este estudo teve como objetivo investigar o papel do estágio curricular obrigatório na formação dos alunos do curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano - Campus Rio Verde. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa, considerada a mais adequada para explorar profundamente as experiências vividas pelos alunos no contexto do estágio, permitindo uma análise detalhada e interpretativa de suas percepções, motivações e resultados educacionais.

A pesquisa qualitativa, conforme Minayo (2009), concentra-se nos aspectos subjetivos da realidade, como significados, crenças e atitudes, que não podem ser mensurados quantitativamente. Nesse sentido, a abordagem qualitativa permitiu captar a complexidade do fenômeno em estudo, oferecendo uma visão aprofundada sobre a relevância do estágio supervisionado obrigatório no processo formativo dos estudantes. Goldenberg (2004) reforça essa perspectiva, defendendo a abordagem qualitativa por sua capacidade de proporcionar uma compreensão contextualizada das dinâmicas sociais e educacionais.

Entre as metodologias qualitativas, optou-se pelo estudo de caso, por ser a mais adequada para este trabalho. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma abordagem empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente útil quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos como no estágio supervisionado, onde a prática profissional e a formação educacional estão intimamente conectadas.

A escolha do estudo de caso permitiu uma compreensão profunda das variáveis envolvidas e de como elas interagem no ambiente do estágio. O foco foi examinar como o estágio contribui para a formação dos alunos, explorando tanto os aspectos pedagógicos quanto os desafios práticos enfrentados durante essa experiência.

O cenário da pesquisa foi o Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, onde o pesquisador atua profissionalmente. Esse ambiente foi escolhido por permitir um acompanhamento próximo das atividades de estágio e por representar o contexto educacional e profissional a ser investigado. A familiaridade do pesquisador com o local de estudo facilitou o acesso a informações detalhadas e relevantes, permitindo uma análise mais precisa dos dados.

Foram analisados documentos que regulam e orientam o estágio curricular obrigatório, como a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2020, o Manual do Estagiário do IF Goiano, o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do IF Goiano (2022), e os Termos de Compromisso de Estágio Curricular Obrigatório. Esses documentos forneceram as bases legais e operacionais do estágio, traçando diretrizes tanto gerais quanto específicas para o Campus Rio Verde e facilitando a compreensão das normas que orientam a prática dos alunos.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário eletrônico semiestruturado como instrumento principal. Esse questionário foi aplicado aos alunos do curso Técnico em Agropecuária que concluíram o estágio obrigatório em 2019, entre 01/03/2021 e 20/03/2021, para captar suas percepções sobre a relação entre as atividades realizadas no estágio e o aprendizado teórico adquirido no curso. O uso de questionários semiestruturados permitiu uma combinação de perguntas objetivas e subjetivas, proporcionando uma visão mais completa das experiências dos participantes. Esse formato, conforme Gil (2008), é eficiente, de baixo custo e garante anonimato, incentivando respostas mais sinceras.

A amostra foi composta por 27 alunos selecionados aleatoriamente entre os 72 concluintes do estágio supervisionado em 2019, representando 37,5% da população, com

retorno de 21 questionários respondidos. O questionário foi enviado por meio da plataforma Google Forms, permitindo uma coleta rápida e eficiente dos dados. O uso dessa ferramenta também buscou minimizar limitações comuns dos questionários, como devoluções tardias e falta de respostas, conforme apontado por Lakatos e Marconi (2011). Além disso, a plataforma proporcionou ao pesquisador maior controle sobre a coleta e organização dos dados, facilitando a análise posterior.

Embora eficaz, a utilização dos questionários pode não captar nuances que poderiam ser reveladas por métodos mais interativos, como entrevistas ou grupos focais. No entanto, a alta taxa de retorno dos questionários (77%) contribuiu para a representatividade dos dados coletados.

Apesar dos cuidados metodológicos adotados, algumas limitações foram observadas. A suspensão das atividades de estágio em 2020, devido à pandemia de COVID-19, limitou o acesso a dados mais recentes, restringindo a pesquisa aos alunos concluintes de 2019.

A análise dos dados foi realizada com base na análise temática, conforme o referencial de Bardin (2016). Essa técnica envolve a categorização dos dados com base em temas comuns identificados nas respostas dos questionários. A análise temática permitiu agrupar qualitativamente as respostas, de acordo com padrões de significado semelhantes, facilitando a interpretação dos dados e oferecendo uma visão estruturada sobre as percepções dos alunos em relação ao estágio supervisionado.

O processo de análise temática, conforme Bardin (2016), envolve três etapas principais: pré-análise, com organização e leitura flutuante dos dados; exploração do material, onde os dados são codificados e classificados em unidades temáticas; e a interpretação dos resultados, relacionando os temas identificados com o referencial teórico e os objetivos da pesquisa. Esse método foi escolhido por sua capacidade de fornecer uma visão aprofundada das percepções dos alunos sobre o estágio supervisionado, permitindo uma análise das nuances e particularidades das respostas fornecidas.

A escolha da análise temática foi motivada pela necessidade de lidar com a complexidade das percepções dos alunos e a diversidade de experiências relatadas no contexto do estágio supervisionado. Essa técnica permitiu agrupar as respostas em categorias temáticas que refletiam as principais percepções sobre a prática do estágio, sua contribuição para a formação dos alunos e os desafios encontrados no processo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No decorrer deste trabalho, visualizamos que o estágio supervisionado deve ser compreendido como uma disciplina que promove a reflexão entre teoria e prática, permitindo ao estagiário aplicar os ensinamentos ministrados em sala de aula no ambiente organizacional e superar desafios, e não apenas como uma atividade para cumprimento de horas.

Nesse contexto, a análise dos documentos relacionados ao estágio supervisionado revelou a estrutura do estágio no curso Técnico em Agropecuária oferecido pelo Campus Rio Verde.

Segundo o estudo, o curso é composto por disciplinas distribuídas em quatro períodos, correspondendo a um período por semestre, com uma duração total de dois anos. A carga horária total do curso é de 1.440 horas, divididas em 1.200 horas para as 21 disciplinas ministradas presencialmente e 240 horas em modalidade a distância (EaD). A carga horária para o estágio supervisionado é de 160 horas, complementadas por 40 horas de atividades extracurriculares (IF Goiano, 2017).

As disciplinas oferecidas no curso estão detalhadas no Quadro 3, organizadas em seus respectivos semestres letivos:

Quadro 3 – Disciplinas obrigatórias do Curso Técnico em Agropecuária

SEMESTRE	CÓDIGO	DISCIPLINA
1º	1. Matemática Aplicada	RV.EXA224
	2. Agricultura Geral	RV.TAG003
	3. Zootecnia Geral	RV.TAG004
	4. Mecanização Agrícola	RV.TAG503
	5. Administração Rural	RV.TAG005
2º	1. Avicultura	RV.TAG006
	2. Olericultura	RV.TAG007
	3. Desenho Tec. Construções Rurais	RAGROP-RV
	4. Ovino e Caprino	RV.TAG008
	5. Irrigação e Drenagem	RAGROP-RV
3º	1. Suinocultura	RV.TAG011
	2. Cultura Anuais I	RV.TAG002
	3. Forragicultura	RV.TAG010
	4. Proteção de Plantas	RV.TAG012
	5. Armazenagem de Grãos	RV.TAG001

	6. Topografia	RV.TAG506
4°	1. Culturas Anuais II	RV.TAG517
	2. Fruticultura	RV.TAG014
	3. Bovinocultura	RV.TAG013
	4. Projetos Agropecuários	RV.TAG015
	5. Agroindústria	RAGROP-RV

Fonte: Adaptado de IF Goiano (2017).

Do total da carga horária do curso, 20% pode ser realizada na modalidade de Educação a Distância (EaD) por meio da plataforma Moodle, que oferece salas virtuais para acesso ao material didático, realização de avaliações, esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de conhecimento (IF Goiano, 2017).

Como descreve Pimenta (2018), o estágio, embora faça parte do currículo, é caracterizado não como uma disciplina, mas como uma atividade. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) do Técnico em Agropecuária o define como uma atividade obrigatória com carga horária mínima de 160 horas, cujo objetivo é proporcionar aos estagiários contato direto com o campo de atuação profissional, promovendo o desenvolvimento de habilidades técnicas, políticas e sociais (IF Goiano, 2017).

Para atender à demanda por campos de estágio qualificados, a Diretoria de Extensão, através do Núcleo de Estágios (NE), gerencia o processo de estágio. Esse setor é responsável por toda a parte burocrática, incluindo o registro e controle dos estagiários, empresas concedentes e documentações exigidas para início e conclusão dos estágios.

O NE também identifica e divulga vagas de estágio supervisionado, sendo responsável por captar vagas por meio de convites e auto-cadastro eletrônico das empresas, disponível no site da instituição. As oportunidades são divulgadas através do NE, de cartazes, dos Agentes de Integração, da Coordenação do Curso e na própria página virtual do IF Goiano - Campus Rio Verde (IF Goiano, 2017).

Segundo o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do IF Goiano (2017), o NE tem várias atribuições, incluindo a celebração dos termos de compromisso, a intermediação na relação do estágio, a disponibilização da documentação necessária para a efetivação do estágio, o encaminhamento do termo de homologação para a Coordenação de Registros Escolares (CORE) e o registro do aluno no seguro contra acidentes pessoais. Ele também é responsável por organizar e arquivar a documentação dos estagiários.

O coordenador do curso Técnico em Agropecuária desempenha um papel importante no processo de estágio, sendo responsável por colaborar com o NE na identificação e divulgação de oportunidades de estágio, autorizar, junto com o professor orientador, a realização do estágio, acompanhar o trabalho do professor orientador e, em caso de necessidade, promover sua substituição. Além disso, o coordenador utiliza dados do NE para revisar e propor alterações no PPC.

No Campus Rio Verde, o professor orientador é incumbido de planejar, acompanhar e avaliar as atividades do estágio, desde a elaboração do plano de atividades até a finalização do estágio (IF Goiano, 2017). Ele também deve fiscalizar as condições de trabalho oferecidas ao estagiário e fomentar a integração entre a Instituição de Ensino e a concedente.

De acordo com o PPC do curso Técnico em Agropecuária, os alunos regularmente matriculados e segurados contra acidentes pessoais, morte e invalidez podem iniciar seus

estágios a partir do segundo semestre letivo, em locais conveniados com a instituição de ensino ou na própria Instituição (IF Goiano, 2017).

O seguro obrigatório para estagiários, conforme estabelecido pela Lei nº 11.788/2008, desempenha um papel fundamental na garantia da segurança e bem-estar dos estudantes durante a realização do estágio. A lei determina que as instituições de ensino providenciem esse seguro, que cobre acidentes pessoais, oferecendo proteção ao estagiário contra eventuais incidentes durante o período de estágio, seja na empresa ou em atividades relacionadas. Essa medida visa assegurar que o estagiário tenha o suporte necessário em caso de acidentes, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e equilibrado, ao mesmo tempo em que reforça a responsabilidade das instituições de ensino e das empresas no cuidado com seus estagiários (BRASIL, 2008).

O Quadro 4 descreve os documentos exigidos dos alunos em cada fase do estágio supervisionado obrigatório. Na etapa de início, os alunos devem providenciar documentos essenciais como a Ficha de Autorização de Estágio, assinada por todas as partes envolvidas, o Termo de Convênio e Compromisso de Estágio, além do Plano de Atividades do Estágio, que deve ser validado por aluno, orientador e coordenador. Durante o estágio, é necessário que o aluno entregue relatórios parciais e encaminhe as folhas de ponto mensalmente. Por fim, na finalização do estágio, o aluno deve cumprir a carga horária estipulada, entregar a Declaração de Conclusão de Estágio, bem como as fichas de avaliação de desempenho e do estágio, e o Relatório Final de Estágio, que precisa ser assinado por todas as partes envolvidas, incluindo pareceres de conclusão do relatório.

Quadro 4 – Documentos para os alunos que irão realizar o estágio obrigatório

Estágio Obrigatório	Etapa	Documentos
Alunos que irão realizar o estágio	Início	Declaração de matrícula (regularizar se necessário).
		Ficha de Autorização de Estágio (assinada pelo aluno, orientador e coordenador).
		Histórico Escolar com quantitativo de créditos cursados
		Termo de Convênio e Compromisso de Estágio (3 vias assinadas por aluno, empresa e IF Goiano).
		Plano de Atividades do Estágio (assinado pelo aluno, orientador, supervisor e coordenador).
		Apólice do Seguro contra Acidentes Pessoais (providenciado pela Instituição de Ensino)
	Durante	Entregar relatórios parciais (se aplicável, a cada 6 meses - assinado pelo aluno, supervisor, orientador e coordenador).
		Enviar folhas de ponto mensalmente até o 5º dia útil do mês.
	Finalização	Cumprir da carga horária (conforme PPC do Curso)
		Entregar Declaração de Conclusão de Estágio (Preenchida pelo representante ou supervisor da empresa).
		Entregar Ficha de Avaliação de Desempenho do Estagiário (preenchida pelo supervisor da empresa, assinada pelo Estagiário e Supervisor).
		Entregar Ficha de Avaliação do Estágio (preenchida e assinada pelo

	aluno)
	Entregar Relatório Final de Estágio (assinado pelo aluno, supervisor e orientador).
	Entregar Parecer de Conclusão do Relatório Final. (assinado pelo orientador, coordenador e Gerente de Estágios)

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024), fonte dos dados: IF Goiano (2022).

O Quadro 5 detalha os documentos exigidos para os alunos que desejam aproveitar suas atividades profissionais como estágio obrigatório, abrangendo diferentes categorias de atuação profissional especificadas em profissionais com carteira assinada, autônomos, proprietários de empresas e servidores públicos.

Quadro 5 – Documentos para aproveitamento de atividade profissional

Estágio Obrigatório	Enquadramento profissional	Documentos
Aproveitamento de atividade profissional	Com carteira assinada	Requerimento para aproveitamento de atividades profissionais Cópia da carteira de trabalho (mínimo de 6 meses de trabalho) Formulário de aproveitamento de atividades profissionais corretalas ao curso Declaração de atividades profissionais emitida pela empresa
	Autônomo	Requerimento para aproveitamento de atividades profissionais Comprovante do trabalho exercido (registro municipal, contribuição INSS, Recolhimento ISS) Comprovação de no mínimo 6 meses de atividades profissionais Formulário de aproveitamento de atividades profissionais corretalas ao curso
	Proprietário de empresa	Requerimento para aproveitamento de atividades profissionais Cópia do Contrato Social e do cartão CNPJ Comprovação de no mínimo 6 meses como proprietário de empresa Formulário de aproveitamento de atividades profissionais corretalas ao curso
	Servidor Público	Requerimento para aproveitamento de atividades profissionais Comprovante de ter no mínimo 6 meses com o órgão público Cópia da portaria ou ato de nomeação Formulário de aproveitamento de experiências profissionais corretalas ao curso

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2024), fonte dos dados: IF Goiano (2022).

A avaliação final do estágio é realizada com base em critérios quantitativos informados na Ficha de Avaliação do Estagiário, preenchida pelo supervisor, e na análise do Relatório de Estágio, feita pelo professor orientador. Para ser aprovado, o aluno deve cumprir a carga horária exigida, entregar os relatórios avaliativos devidamente preenchidos e assinados, obter um rendimento mínimo de 60% na avaliação do estágio realizada pelo supervisor, e receber o parecer favorável do professor orientador após análise do Relatório de Estágio.

A Ficha de Avaliação do Estagiário é um relatório preenchido pelo supervisor de estágio, que avalia o desempenho do aluno com base em fatores específicos determinados pelo IF Goiano - Campus Rio Verde. As notas para cada fator, representadas no Quadro 6, são atribuídas em uma escala de 0 a 10.

Quadro 6 – Parâmetros avaliativos do estágio supervisionado obrigatório

FATORES	NOTA ATRIBUÍDA	FATORES	NOTA ATRIBUÍDA
Produto do Trabalho		Zelo	
Aplicação de Conhecimentos Teóricos		Facilidade de compreensão	
Responsabilidade		Autodesenvolvimento	
Capacidade de Relacionamento		Criatividade	
Qualidade no Trabalho		Planejamento/ Organização	
Interesse pelo Trabalho		Iniciativa	
Assiduidade		Cooperação	

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2021), fonte dos dados: IF Goiano (2017).

Para auxiliar o supervisor no preenchimento da Ficha de Avaliação do Aluno, o documento fornece definições detalhadas dos fatores avaliativos, organizadas conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Fatores considerados para avaliação dos estagiários

Fatores Avaliativos	Descrição do fator avaliativo
Produto do Trabalho	Capacidade de obter resultados, contribuindo para o alcance dos objetivos da organização.
Aplicação de Conhecimentos Teóricos	Capacidade na aplicação de conhecimentos teóricos utilizando-os para um melhor desempenho das atividades organizacionais.
Responsabilidade	Empenho no cumprimento das tarefas, com a assiduidade e pontualidade. Dedicção, disposição e presteza demonstrada no desenvolvimento das tarefas e no ambiente de trabalho.
Capacidade de Relacionamento	Capacidade de integrar-se à família organizacional, favorecendo um clima de solidariedade, respeito, ética e polidez. Capacidade de oferecer e solicitar subsídio de terceiros para execução de tarefas
Qualidade do Trabalho	Nível de trabalho desenvolvido, considerando o grau de complexidade, exatidão, dentro dos padrões estabelecidos para

	um estagiário
Interesse pelo Trabalho	Dedicação, disposição e presteza demonstrada no desenvolvimento das tarefas e no ambiente de trabalho
Assiduidade	relacionado as faltas e presença ao estágio
Zelo	Cuidado dispensado no manuseio de equipamentos, ferramentas, máquinas e/ou outros materiais de trabalho
Fácil Compreensão	Aptidão para observar e analisar problemas, chegando à compreensão sistêmica do mesmo
Autodesenvolvimento	Esforço e interesse demonstrados na aquisição de conhecimentos/habilidades, por iniciativa própria, visando o seu aperfeiçoamento profissional
Criatividade	Capacidade de criar ideias originais, exequíveis e adequadas à situação do trabalho, quando este o exigir
Planejamento/Organização	Uso de meios racionais para a realização do trabalho
Iniciativa	Capacidade de tomar decisões, tomar a frente em grupos organizacionais e de sugerir soluções aos problemas emergentes
Cooperação	Capacidade de oferecer e solicitar colaboração de terceiros para execução de trabalho

Fonte: Desenvolvido pelo autor (2021), fonte dos dados: IF Goiano (2017).

O resultado da avaliação será a média aritmética das notas atribuídas a cada fator avaliativo.

O documento Relatório Final de Estágio deve ser preenchido pelo aluno e consiste em um formulário com questões semiestruturadas, que visam captar a percepção do estagiário sobre o desenvolvimento de suas atividades, o ambiente de trabalho, o relacionamento interpessoal com outros profissionais, e o suporte fornecido pelo orientador e pelo supervisor no desempenho de suas funções. O relatório também verifica se, ao término do estágio, o aluno foi contratado.

A entrega da documentação deve ocorrer no prazo máximo de 45 dias após a conclusão do estágio, sob pena de refazer todo o processo.

Nesta análise, identificamos os objetivos e as concepções metodológicas desenvolvidas no Campus Rio Verde. A conformidade com as normas fica evidenciada nos processos e documentos utilizados, com destaque para o caráter operacional e burocrático do sistema.

Além do levantamento de informações, aplicou-se um questionário semiestruturado com o objetivo de aferir a correlação entre o aprendizado teórico e a prática, segundo a perspectiva dos alunos; avaliar o cumprimento dos papéis do Supervisor e do Professor Orientador de estágio; e verificar a satisfação dos estudantes quanto às contribuições do estágio obrigatório.

Para conhecer o perfil dos participantes, o questionário foi iniciado com a identificação do sexo dos alunos. Conforme observado no Gráfico 1, dos 21 alunos que responderam ao questionário, 38% são do sexo feminino e 62% do sexo masculino.



Gráfico 1 – Sexo dos participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Embora os dados revelem uma predominância de estagiários do sexo masculino, Cavalcante *et al.* (2019) destacam que o curso Técnico em Agropecuária era tradicionalmente masculino devido a razões culturais e sociais. No entanto, o uso de novas tecnologias, o avanço da comunicação e a mecanização do campo estão transformando o trabalho rural, tornando-o mais acessível a ambos os sexos.

A luta pela igualdade de gênero tem contribuído para dar visibilidade ao trabalho feminino no campo e assegurar seus direitos. Juntamente com políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, esses esforços desempenham um papel importante na mudança de percepção da sociedade sobre o papel das mulheres no meio rural.

A pesquisa revelou que os participantes tinham até 33 anos de idade. Conforme ilustrado no Gráfico 2, a faixa etária predominante entre os participantes foi de 19 a 24 anos, correspondendo a 43% dos pesquisados.

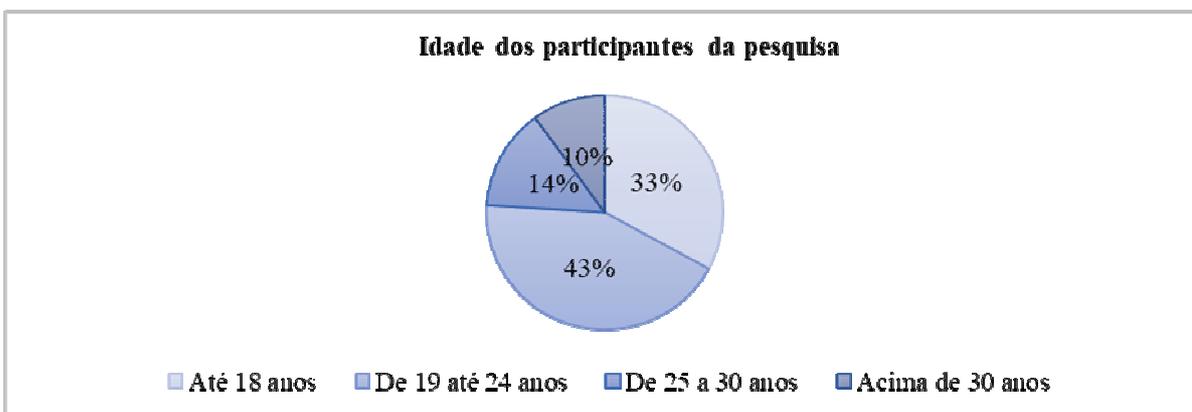


Gráfico 2 – Idade dos participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme Castro *et al.* (2019), a formação técnica tende a ser procurada logo após a conclusão do ensino médio, motivada pelo desejo de ingressar em um mercado de trabalho que demanda profissionais qualificados. Nesse contexto, muitos veem no curso técnico uma oportunidade valiosa de capacitação, essencial para competir por melhores posições no mercado.

A pesquisa revelou que muitos alunos realizaram seus estágios em municípios vizinhos. Conforme ilustrado no Gráfico 3, 67% dos alunos realizaram seus estágios em

concedentes localizados no município de Rio Verde. Os demais estagiaram em Quirinópolis, Acreúna, Santa Helena e Montividiu.

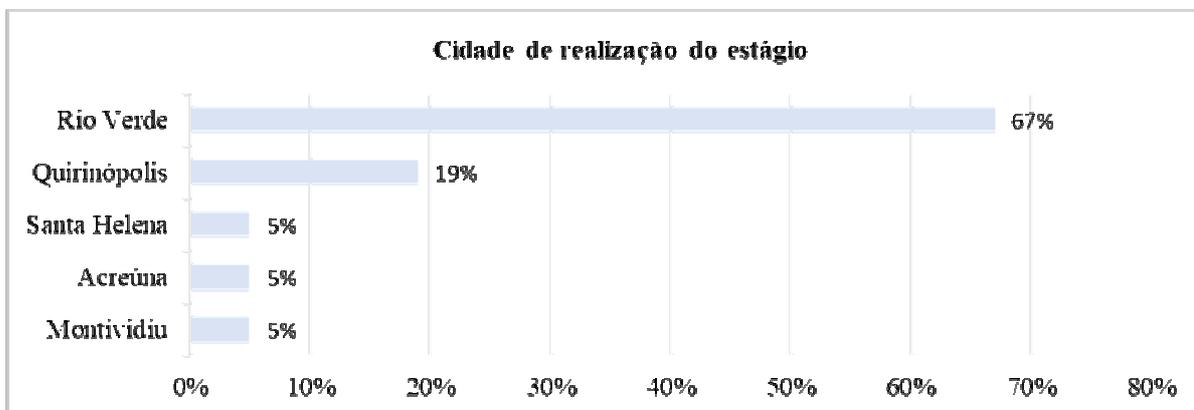


Gráfico 3 – Cidade de realização dos estágios supervisionados

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O Campus Rio Verde atende a uma ampla região do sudoeste goiano, com alunos provenientes de aproximadamente 27 municípios do estado (IF Goiano, 2017).

Entre as empresas cadastradas na instituição de ensino e aptas a receber alunos para a prática de estágio no período selecionado, destacam-se: Caraíba Genética LTDA, Renato Adriano Representações LTDA, APROCANA – Associação dos Fornecedoros de Cana – Goiás, Usina Boa Vista S/A, São Martinho S/A, Emater, BRF – Brasil Foods S/A, Nova Seeds ME e Comigo – Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano.

Essas concedentes estão distribuídas em diferentes segmentos do agronegócio, como: serviços agropecuários, comércio de insumos agrícolas, laboratórios de análises de solos, consultorias agropecuárias, usinas de álcool e açúcar, agroindústrias, empresas de biotecnologia, associações, cooperativas, comércio de produtos agropecuários e fazendas.

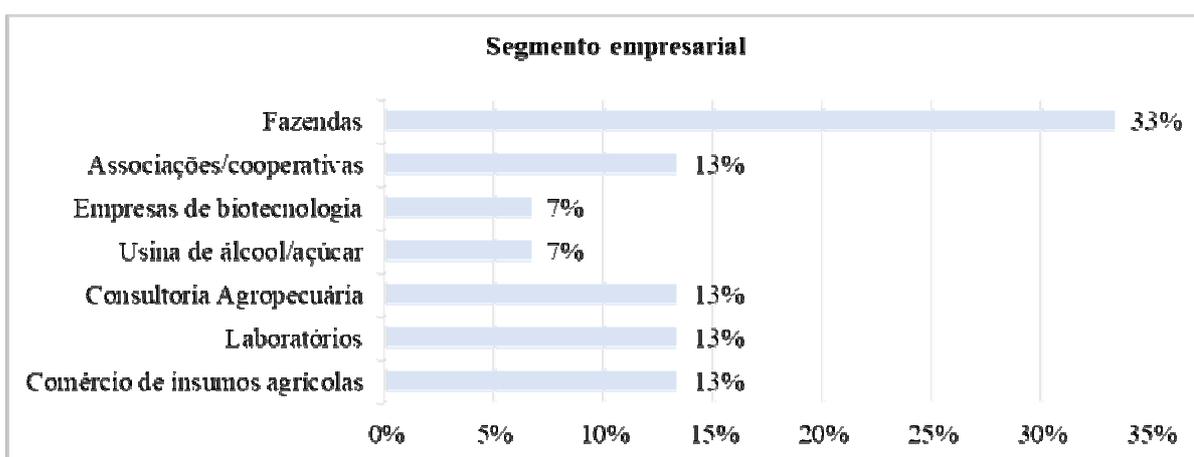


Gráfico 4 – Segmento empresarial das concedentes de estágio

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conforme Zabalza (2015), a realização de estágios em ambientes adequados ao desenvolvimento prático dos estudantes é essencial para promover uma formação completa e

alinhada às demandas do mercado. Esses ambientes práticos permitem que os estudantes apliquem os conhecimentos adquiridos em sala de aula, desenvolvendo habilidades fundamentais para o desempenho técnico e fortalecendo sua capacidade de adaptação pessoal no contexto profissional.

O próprio IF Goiano - Campus Rio Verde é um grande receptor de estagiários. Os resultados da análise dos locais onde os alunos buscam realizar seus estágios mostram que 29% dos alunos concluem essa atividade na própria instituição de ensino.



Gráfico 5 – Estágio supervisionado interno x externo

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A realização do estágio nas instituições de ensino está prevista tanto na Lei do Estágio nº 11.788/08 quanto no Regimento de Estágio do IF Goiano. No entanto, Zabalza (2015) sugere que o estágio, sempre que possível, ocorra fora das dependências da instituição de ensino, pois a experiência em um ambiente profissional real é uma das principais contribuições dessa atividade para a formação dos alunos.

Conforme Zabalza (2015), o estágio proporciona uma imersão completa na profissão, permitindo que o estudante entre em contato direto com as práticas e a cultura do campo profissional. Essa experiência possibilita ao aluno compreender como os profissionais pensam, resolvem problemas e desempenham suas funções. Além disso, o estágio favorece a socialização concreta com profissionais da área, oferecendo a oportunidade de conhecer suas ideias, vivências e maneiras únicas de exercer a profissão. Esse contato com o ambiente de trabalho e com aqueles que atuam diretamente na área enriquece a compreensão do aluno sobre o que significa ser um profissional e o envolve no exercício das funções práticas.

Observando os dados referentes aos campos de trabalho que receberam estagiários no município de Rio Verde, sendo esta a localidade que mais acolhe estagiários do Curso Técnico em Agropecuária, constatamos que, conforme ilustrado no Gráfico 6, 43% dos alunos realizaram seus estágios na própria instituição de ensino.



Gráfico 6 – Realização do estágio no município de Rio Verde - GO
 Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Zabalza (2015) aponta que as instituições de ensino devem estabelecer mecanismos que facilitem convênios com instituições profissionais, para garantir que os propósitos formativos sejam claros e que todos os envolvidos estejam comprometidos em criar um ambiente de aprendizagem eficiente. Para o autor, a colaboração entre as instituições acadêmicas e profissionais é essencial e deve ser estruturada de modo a fortalecer essa parceria.

Zabalza destaca que o estágio é uma atividade interinstitucional, exigindo uma base organizativa sólida e, em muitos casos, até mesmo um respaldo legal que formalize e sustente a prática. Embora aspectos formais, como convênios de colaboração, contratos de estágio e compromissos interinstitucionais, sejam indispensáveis, Zabalza (2015) ressalta que os aspectos dinâmicos e procedimentais da relação entre as instituições são ainda mais importantes. Os convênios devem facilitar a interação direta e contínua entre as pessoas envolvidas no processo, garantindo as melhores condições formativas para o estudante.

Em relação ao período de realização dos estágios, os dados indicam que o primeiro trimestre foi o mais frequente, com 48% das respostas, seguido pelo segundo trimestre com 24%, o quarto trimestre com 23% e, por fim, o terceiro trimestre, com 5% das respostas.

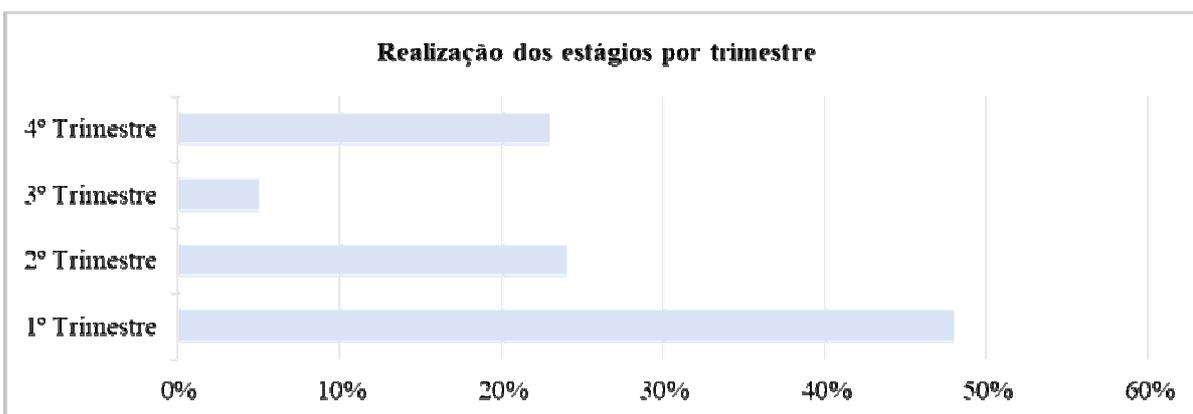


Gráfico 7 – Período de realização dos estágios supervisionados
 Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O Gráfico 8 mostra que 17% dos alunos realizaram estágios internos entre os meses de julho e dezembro. Esse período é marcado como férias para discentes e docentes no

calendário acadêmico, o que compromete a realização do estágio, pois os responsáveis pela supervisão dos estágios não estão presentes na instituição de ensino.



Gráfico 8 – Período de realização dos estágios supervisionados internos

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Quando questionados sobre a decisão do local de estágio, 52% dos respondentes, conforme ilustrado no Gráfico 9, informaram que escolheram o local por conta própria, sem interferência da escola. Os relatos indicam que os alunos buscam desenvolver o estágio em um ambiente que contribua para sua formação profissional e que também ofereça a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

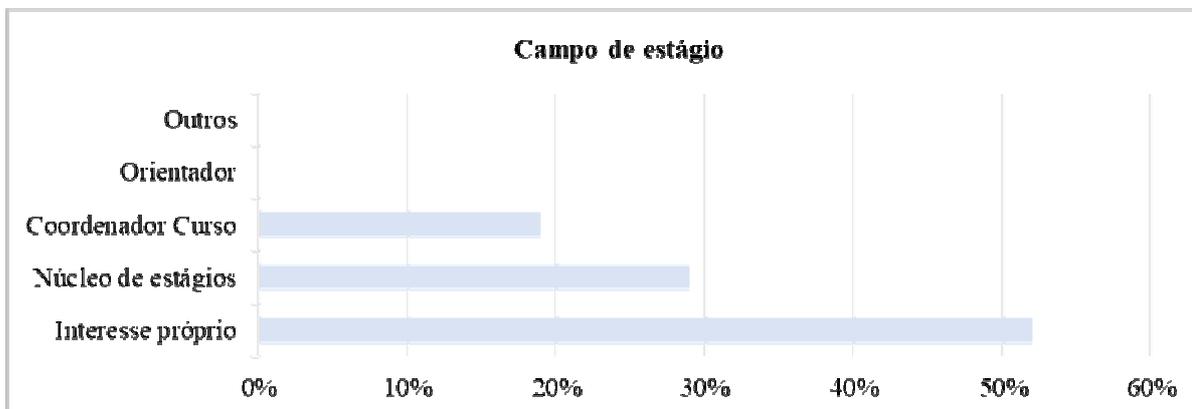


Gráfico 9 – Contribuição para a escolha do campo do estágio supervisionado

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O Núcleo de Estágios representou 29% das respostas, destacando sua importância na busca por parcerias com instituições que ofereçam experiências enriquecedoras para a formação dos alunos. Zabalza (2015) enfatiza que, embora nem sempre seja possível escolher os centros de estágio ideais, é essencial reconhecer que nem todas as práticas impactam positivamente a formação dos estudantes. Nesse sentido, o Núcleo de Estágios, em conjunto com o professor orientador, deve desempenhar um papel ativo para garantir que os estágios sejam realizados em ambientes adequados, evitando locais que não contribuam significativamente para o desenvolvimento profissional do aluno.

Quando perguntados se a área de atuação no estágio estava alinhada com seu interesse, o Gráfico 10 mostra que 95% dos alunos responderam afirmativamente. A identificação do

campo de estágio é uma etapa crucial para a formação do aluno e deve ser aprovada pela Unidade de Estágios do Campus Rio Verde.



Gráfico 10 – Campo de estágio de acordo como o interesse do aluno

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O estágio só pode ser realizado em locais previamente cadastrados na instituição de ensino. Esses locais devem, obrigatoriamente, oferecer condições que permitam o desenvolvimento de competências alinhadas com o conteúdo teórico do curso (IF Goiano, 2019).

Em resposta ao questionamento sobre o desenvolvimento profissional no campo de estágio, os relatos, conforme ilustrado no Gráfico 11, indicam que 95% dos alunos consideraram a experiência como uma contribuição significativa para sua formação profissional. Isso evidencia que a prática de estágio é bem recebida e representa um momento importante na trajetória profissional dos estudantes, como refletido nas respostas:

[...] Ajuda a entender a aplicação da teoria do curso na vida profissional.; [...] O convívio com os profissionais da área foi de grande importância para meu desenvolvimento profissional.; Me ajudou esclarecer minha opção profissional [...]
(Respostas dos alunos).



Gráfico 11 – Contribuição do Estágio Supervisionado

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O objetivo central do estágio é proporcionar ao aluno uma experiência formativa e enriquecedora. Buriolla (2011) argumenta que cada participante nessa relação tem seu papel legalmente bem definido, e é essencial que todos compreendam e desempenhem suas funções

adequadamente, incluindo o próprio aluno. Embora todos os atores tenham responsabilidades no aspecto prático-educativo, é fundamental que o aluno se posicione como parte ativa do processo, aproveitando a oportunidade para desenvolver tanto habilidades profissionais quanto pessoais.

Quando questionados sobre o acompanhamento do professor orientador durante o estágio, o Gráfico 12 mostra que 43% dos alunos avaliaram positivamente essa presença, destacando que o suporte e as orientações oferecidas contribuíram para sua formação, conforme refletem as respostas dos alunos:

Sim. O orientador me deu dicas como aproveitar melhor o período de estágio. [...];
Sim. Apesar de procurá-lo em alguns momentos, sempre tive seu retorno; [...] este presente, mas foi necessário sempre agendar horários; [...] me perguntou como estava na empresa, se estava gostando, quais atividades estava desenvolvendo (Respostas dos alunos).

As respostas indicam que 57% dos alunos sentiram que não obtiveram orientação adequada por parte do professor orientador. Entre as falas destacadas, observamos:

Consegui pegar sua assinatura bem depois que tinha terminado o estágio. Não tive acompanhamento.; A orientação é um ponto negativo no IF Goiano; Foi muito omissivo durante o período de estágio; Em poucas vezes obtive contato[...]; Estive com o orientador no momento de assinar os papéis do estágio. (Respostas dos alunos).

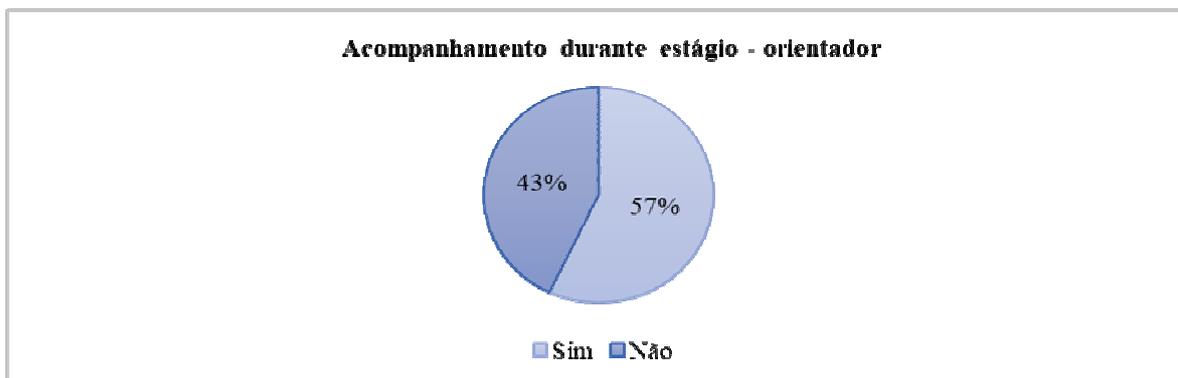


Gráfico 12 – Acompanhamento do professor orientador durante o estágio
Fonte: Elaborado pelo autor, 2021

Zabalza (2015) destaca que o professor orientador é essencial para assegurar que o estágio esteja alinhado com os objetivos pedagógicos da instituição de ensino, monitorando o progresso do estudante e garantindo que o ambiente de estágio seja adequado para o seu desenvolvimento. A experiência e o conhecimento do professor orientador oferecem ao aluno uma perspectiva crítica e reflexiva sobre o campo profissional, preparando-o para enfrentar os desafios do mercado de trabalho e promovendo seu crescimento pessoal e profissional.

Os participantes da pesquisa foram questionados se o supervisor de estágio propôs situações que permitissem uma compreensão aprofundada da atividade profissional do Técnico em Agropecuária. Conforme o Gráfico 13, 95% das respostas foram positivas.

Acompanhei o professor durante o preparo de canteiros na horta do IF Goiano, preparação de mudas de tomate, cenoura, alface e beterraba[...]; [...]Acompanhei um

trabalho de consultoria em uma propriedade rural[...]; Acho que o contato com os clientes foi o mais importante[...] (Respostas dos alunos).



Gráfico 13 – Proposição de situações pelo supervisor

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Zabalza (2015) destaca a importância de optar por instituições que ofereçam atividades mais complexas, pois elas proporcionam uma variedade maior de situações, contam com recursos especializados e possibilitam dinâmicas de relacionamento mais ricas. A dinâmica do mercado é uma característica essencial na fase inicial de imersão em um cenário profissional real, pois favorece a integração do estagiário em um ambiente de trabalho satisfatório e cordial e serve como um modelo de atuação profissional que ele ou ela poderá adotar posteriormente.

No entanto, modelos de atuação carregados de vícios como individualismo, competitividade excessiva, autoritarismo e estresse podem prejudicar o desenvolvimento do aluno. Cabe ao professor orientador identificar esse tipo de disfunção e tomar as providências necessárias para direcionar o aluno a ambientes que favoreçam sua atividade prática (IF Goiano, 2017).

A realização do estágio supervisionado coloca o aluno em um ambiente profissional fora do convívio da sala de aula. O Gráfico 14 apresenta as respostas dos alunos sobre seu sentimento de segurança para realizar essa etapa do curso. Observa-se que 81% dos alunos relataram sentir-se seguros. Suas respostas indicam uma boa integração com os profissionais que os supervisionam nas concedentes de estágio e uma recepção positiva por parte do grupo de trabalho, o que minimiza o desconforto da inserção em um novo ambiente.



Gráfico 14 – Segurança do estagiário em realizar o estágio supervisionado

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

É importante observar que 29% dos alunos realizam seus estágios nas dependências da própria instituição de ensino, sendo supervisionados por professores da área de sua formação.

Buriolla (2011) enfatiza que tanto o supervisor quanto o estagiário precisam, ocasionalmente, se distanciar de suas rotinas para refletir em conjunto sobre o andamento das atividades e os resultados alcançados. Essa prática contribui para criar um ambiente de aprendizado adequado, favorecendo o desenvolvimento profissional do estagiário.

Com base na experiência vivida durante o estágio, os alunos foram questionados sobre pontos de melhoria para integrar teoria e prática. As respostas indicam uma necessidade de mais atividades práticas para promover uma compreensão mais profunda da teoria. Dentre as respostas coletadas, destacamos as seguintes:

[...] Na sala de aula ficamos focados em questões teóricas, muitas vezes cansativas, mas com o auxílio da prática podemos ver tudo diferente [...]; [...] Para melhor a integração seria interessante ter mais práticas, pois assim compreendemos a real necessidade de ambas.; [...] A teoria é muito ampla e no estágio vemos somente uma parte do todo” (Respostas dos alunos).

Zabalza (2015) observa que estabelecer conexões mais profundas entre conceitos abstratos e suas aplicações práticas fortalece o aprendizado e proporciona uma formação mais completa. A inclusão de mais atividades práticas nos currículos contribui para uma formação equilibrada, preparando os alunos para enfrentar as complexidades do mercado de trabalho e aplicar, de maneira eficaz, os conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória acadêmica.

Os alunos foram solicitados a indicar, segundo suas perspectivas, os pontos positivos e negativos de seu estágio supervisionado. O Gráfico 15 apresenta as respostas positivas, que indicam que o estágio contribuiu para o fortalecimento do aprendizado em aspectos profissionais, sociais e pessoais. Os alunos também apontaram o estágio como uma boa oportunidade para inserção no mercado de trabalho.

Dentre as respostas positivas, destacamos as seguintes:

Ajudou a conseguir meu emprego; Aprendi muito com o supervisor do estágio. Esteve muito presente com as explicações de procedimentos práticos.[...]; Permitiu conhecer técnicas novas não vistas nas aulas práticas; Ajuda a entender o que se aprende na escola.; É uma oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. (Respostas dos alunos).



Gráfico 15 – Pontos positivos na realização do estágio supervisionado

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Algumas respostas destacaram o estágio como uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Embora o estágio seja, acima de tudo, uma atividade educacional e não deva ser considerado como um primeiro emprego, conforme estipulado pela Lei 11.788/08, ele representa uma excelente oportunidade para estudantes que buscam inserção profissional.

As respostas negativas apontaram algumas dificuldades enfrentadas pelos alunos, como a conciliação entre trabalho pessoal e estágio, supervisão e orientação ineficientes, carga horária insuficiente para o estágio supervisionado e o excesso de documentos exigidos para sua realização.

A obrigação de fazer o estágio para finalizar o curso foi ruim pois dependia de liberação de meu trabalho para ir ao local do estágio; Foi difícil realizar o estágio devido eu trabalhar em outra localidade; A gente só passa pelas tarefas. Não dá muito tempo para aprender de fato.; Fiquei muito ligada a parte de atendimento aos produtores rurais; A participação do IF Goiano no estágio é muito pouca durante a execução. É boa na cobrança dos documentos. (Respostas dos alunos).

O Gráfico 16 apresenta os pontos negativos priorizados pelos alunos durante a realização de seus estágios. O item 'Supervisão/orientação ineficiente' foi destacado por 38% dos participantes da pesquisa.



Gráfico 16 – Pontos negativos na realização do estágio supervisionado

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Conde e Sá (2016) destacam que o estágio é uma disciplina curricular com caráter pedagógico, essencial para conectar teoria e prática e proporcionar momentos de reflexão. Para que esses momentos sejam eficazes, é fundamental que o professor orientador contextualize o aprendizado em sala de aula, direcionando adequadamente a formação inicial dos alunos. O supervisor, designado pela concedente para orientar e monitorar as atividades, desempenha um papel crucial na contextualização prática do estagiário, preparando-o para assumir funções no mercado de trabalho.

Para abordar os pontos negativos identificados na realização do estágio supervisionado, recomenda-se a elaboração de trabalhos complementares que investiguem soluções práticas e viáveis para os desafios apontados, como o excesso de documentação burocrática, a carga horária reduzida, as dificuldades de conciliar estudo, trabalho e estágio, a supervisão e orientação insuficientes, além da falta de bolsas de estudo.

Esses trabalhos podem englobar estudos de caso sobre modelos mais flexíveis de gestão de estágios, pesquisas sobre os impactos da implementação de políticas de incentivo financeiro, como bolsas ou auxílios, e propostas de readequação da carga horária ou criação

de planos personalizados para os estagiários. Além disso, a capacitação de orientadores, visando melhorar o suporte pedagógico e profissional oferecido, e análises comparativas entre instituições que adotam práticas inovadoras para simplificar a burocracia também se mostram estratégicas.

Tais iniciativas não apenas ampliariam a compreensão dos problemas enfrentados pelos estudantes, mas também serviriam como base para o desenvolvimento de propostas alinhadas à realidade acadêmica e às exigências do mercado contemporâneo, promovendo uma experiência de estágio mais significativa e efetiva.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu compreender que o estágio curricular supervisionado é uma atividade indispensável na formação acadêmica dos estudantes. Quando bem conduzido, ele proporciona não apenas desenvolvimento pedagógico e profissional, mas também crescimento pessoal, sendo uma experiência enriquecedora para a transição ao mercado de trabalho. A pesquisa aprofundou o entendimento sobre o estágio supervisionado, analisando os procedimentos envolvidos e investigando suas bases, com o objetivo de oferecer uma visão abrangente e crítica dessa prática.

A análise dos documentos normativos e institucionais do IF Goiano, como o PDI, o PPC e o Termo de Convênio de Estágio, revelou que a prática do estágio é incentivada como um processo pedagógico estruturado. Contudo, evidenciou-se que o sistema apresenta um caráter burocrático, o que pode desmotivar os envolvidos e comprometer a essência educativa do estágio, apesar de as regulamentações estarem condicionadas às normas vigentes.

O modelo de estágio adotado pelo Campus Rio Verde reflete alinhamento com o Regulamento do Estágio do IF Goiano e demonstra boas parcerias para a oferta de vagas. No entanto, as lacunas na orientação dos estudantes são relevantes, pois comprometem a função do estágio como atividade teórico-prática de aprendizado. Para que o estágio cumpra seu papel formativo, ele deve ser cuidadosamente planejado, supervisionado e integrado, favorecendo a articulação entre teoria e prática. Só assim será possível assegurar uma formação sólida e relevante, que prepare os estudantes para enfrentar os desafios do mercado contemporâneo.

O estágio supervisionado, quando bem estruturado, não apenas permite a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, mas também promove uma interação significativa com o mercado de trabalho. Essa experiência auxilia no desenvolvimento de competências essenciais, como trabalho em equipe, resolução de problemas, adaptabilidade e comunicação, habilidades que vão além do domínio técnico e são altamente valorizadas no mercado atual. Portanto, o estágio atua como uma ponte entre o ambiente acadêmico e a realidade profissional, promovendo uma formação integrada e alinhada às demandas modernas.

Nesse contexto, é fundamental que a instituição de ensino invista na capacitação contínua dos professores orientadores, incentivando o uso de métodos pedagógicos que promovam a integração entre teoria e prática. Estratégias como estudos de caso, projetos integradores e discussões reflexivas sobre as experiências práticas dos alunos podem contribuir para uma formação mais crítica e profunda. O uso de tecnologias digitais, como plataformas para a gestão e acompanhamento dos estágios, também pode facilitar a interação entre os envolvidos e aumentar a eficácia do processo.

Por fim, observou-se que muitos estudantes ainda enxergam o estágio como uma atividade predominantemente prática, sem estabelecer uma conexão reflexiva com a teoria. Essa visão limitada pode comprometer o potencial do estágio como um espaço de aprendizagem integrada. É imperativo promover estratégias que articulem a prática com as demandas contemporâneas, como a resolução de problemas reais do mercado e a incorporação de tecnologias emergentes nos processos de trabalho.

Essa articulação deve ser acompanhada de uma valorização do conhecimento teórico historicamente construído, contextualizando-o às transformações do mundo atual. Dessa forma, os estudantes compreenderão que a teoria é uma ferramenta indispensável para interpretar, aprimorar e questionar as práticas profissionais, ampliando suas capacidades de

inovação e adaptação. Ao equilibrar teoria e prática de forma dinâmica e consistente, será possível formar profissionais mais críticos, criativos e preparados para os desafios complexos e dinâmicos do mercado.

Embora este estudo tenha se concentrado em aspectos específicos do estágio supervisionado obrigatório, as questões levantadas pelos alunos apontam lacunas significativas que precisam ser investigadas com mais profundidade, como dificuldades relacionadas à documentação exigida, a conciliação do estágio com outras atividades profissionais e a supervisão/ orientação ineficiente. Essas questões impactam diretamente a qualidade da experiência do estágio e exigem uma análise mais detalhada para aprimorar as práticas e políticas institucionais, visando uma formação mais completa para os estudantes. A inclusão das perspectivas de orientadores, coordenadores, empresas e o núcleo de estágios também é fundamental para entender as dificuldades operacionais e institucionais, as expectativas das empresas e os desafios enfrentados na prática, o que contribuiria para a construção de soluções eficazes e a melhoria contínua do estágio supervisionado obrigatório.

8 REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATISTA, Giselle. **Estágio de vivência no curso de Engenharia Agrônômica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Conceição do Araguaia: Relação Entre o Teórico e o Prático**. Orientador: Gabriel Araújo dos Santos. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017. Disponível em: <https://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppgea/files/2018/04/Gisele-Batista-Formatada.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

BERNARDIM, Márcio Luiz. Estágio: da interface entre a escola e o mercado à configuração de uma relação de trabalho de novo tipo (Training: from the interface between the school and the market ...). **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/913>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BRAGATO, Josiane. **Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia: inovação da política de educação profissional no Brasil?**. Anais V CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48478>. Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Brasília, DF, 7 dez. 1977. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6494.htm. Acesso em: 24 ago. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em 29 ago. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB n. 16/99, de 5 de outubro de 1999**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PCNE_CEB16_99.pdf.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://https://cnct.mec.gov.br/cursos/curso?id=205.pdf>. Acesso em: 9 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n° 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2021. Disponível em: [http:// gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2021](http://gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-cp-2021). Acesso em 2 dez. 2024.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **O Estágio Supervisionado**. 7ª ed. São Paulo: Cortez. 2011.

CASTRO, Gabrielly Coelho de *et al.* **O papel da formação acadêmica para inserção de jovens no mercado de trabalho**. Anais VIII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/90555>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CASTRO, Mariana Soares. **Estágio Supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica**. Orientador: Helton Nonato de Souza. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, Rio Pomba, 2020. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9957252. Acesso em: 25 jul. 2022.

CAVALCANTE, Ludmila Oliveira Holanda *et al.* Campo, cidade, escola e profissão: jovens estudantes do curso Técnico em Agropecuária no Ensino Médio Subsequente. **Diversitas Journal**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 893-913, 1 out. 2019. DOI <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v4i3.913>. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/913. Acesso em: 17 out. 2019.

COLOMBO, Irineu Mário; BALLÃO, Carmem Mazepa. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, [s. l.], v. 30, n. 53, p. 171–186, jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36555/23133>. Acesso em: 30 jul. 2019.

CONDE, Erica; SÁ, Francisco. O Pedagógico na evolução histórica legal do Estágio Supervisionado. **Espaço Currículo**, João Pessoa, PB, v. 9, n. 2, p. 349-358, maio a agosto de 2016, 2016. DOI 10.15687/rec.v9i2.25666. Disponível em: <https://mail.sumarios.org/artigo/o-pedag%C3%B3gico-na-evolu%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3rica-legal-do-est%C3%A1gio-supervisionado>. Acesso em: 25 jul. 2022.

DOURADO, Adaildes Bispo; OLIVEIRA, Lúcia. Campus Rio Verde do Instituto Federal Goiano: Meio Século de Ensino Profissional Agrário no Sudoeste de Goiás. **Revista**

Educare: Departamento de Fundamentação da Educação, João Pessoa, PB, ano 218, v. 2, n. 1, p. 73-87, 25 abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare/article/view/37996>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FARIA, Cláudio Migue Alves de. **Estágio curricular supervisionado**: a contribuição para a formação profissional do técnico agrícola no Instituto Federal de Minas Gerais - Campus de Bambuí. Orientadora: Sandra Barros Sanches. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2009. Disponível em: <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/tede/145>. Acesso em: 10 fev. 2019.

FEJOLI, Rodrigo Fieni. O Desvirtuamento do Contrato de Estágio. **JusWay Sistema Educacional Online**. [s. l.], 24 mar. 2015. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=14531. Acesso em: 09 fev. 21.

FREITAS, Henrique Mello Rodrigues de; JANISSEK-MUNIZ, Raquel e MOSCAROLA, Jean. Uso da Internet no processo de pesquisa e análise de dados. **Lume Repositório Digital**, [s. l.], 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4801>. Acesso em: 20/01/2019

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FURTADO, Natália de Souza. **Análise do estágio curricular supervisionado como prática educativa no curso técnico em agropecuária do Centro Estadual Integrado de Educação Rural de Águia Branca – ES**. Orientador: Everaldo Zonta. Coorientadora: Rosa Cristina Monteiro. 2017. 53 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017. Disponível em: <https://cursos.ufrjr.br/posgraduacao/ppgea/files/2018/04/Natalia-Formatada.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

GARCIA, Adilso de Campos; DORSA, Arlinda Cantero; OLIVEIRA, Edilene Maria de. Educação Profissional no Brasil: Origem e Trajetória. **Revista Vozes dos Vales**, [s. l.], ano VII, n. 13, mai. 2018. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2018/05/Edilene1502.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GUIMARÃES, Gislene Margaret Avelar. **Agronegócio, Desenvolvimento E Sustentabilidade**: Um estudo de caso em Rio Verde – GO. Orientadoras: Augustina Rosa Echeverría e Francis Lee Ribeiro. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/332>. Acesso em: 14 ago. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE. **MEC celebra 115 anos da Rede Federal**.: De 19 escolas no ano de 1909 a 685 unidades atualmente, plano de expansão prevê mais 100 novos campi de institutos federais até 2026. Rio Branco: IFAC, 23 set. 2024. Disponível em:

<https://www.ifac.edu.br/noticias/2024/setembro/mec-celebra-115-anos-da-rede-federal>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Concomitantes e Subsequentes ao Ensino Médio – Curso Técnico Agropecuária**. Goiânia, GO: IF Goiano. 2017. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/2018/Junho/PPC-Agropecuria-.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos Concomitantes e Subsequentes ao Ensino Médio – Curso Técnico Agropecuária**. Goiânia, GO: IF Goiano. 2023. Disponível em: https://www.ifgoiano.edu.br/home/images/RV/2023/Dezembro/PPC_DO_CURSO_TCNICO_EM_AGROPECURIA.pdf. Acesso em: 20 set. 2024.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO. **Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Técnicos e Superiores do IF Goiano**. Goiânia, GO: CONSUP/IF Goiano. 6 abr. 2022. Disponível em: https://ifgoiano.edu.br/home/images/RV/2022/Setembro/Resoluo_115_2022_-_Regulamento_de_Estgio_Curricular_OFICIAL.pdf. Acesso em: 25 set. 2024.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista brasileira da educação profissional e tecnológica**, [s. l.], v. v.2, n.2, p. 8–24, 2009. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2939>. Acesso em: 24 mar. 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEÃO, Jeanne Mesquita de Paula. **Colégio agrícola de Rio Verde: o processo de consolidação da educação profissional agrícola no sudoeste goiano (1967-1979)**. Orientador: Sauloéber Társio de Souza. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/14007/1/ColegioAgricolaRio.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2019.

LIMA, Livia Leite Santiago. **Principais Contribuições e Deficiências do Estágio Obrigatório do Curso de Graduação em Direito da UFES**. Orientadora: Dora Berger. 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_13497_1.%20Disserta%E7%E3o%20finalizada.pdf. Acesso em: 26 ago. 2020.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5–24, 2006. DOI: 10.5216/rpp.v3i3e4.10542. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/10542>. Acesso em: 10 maio. 2019.

LIMEIRA, Clécio Henrique; LIMEIRA, Manoella de Queiroz Rodrigues; SIEBERT, Paloma Rodrigues; CHAVES, Luciano de Sousa. Levantamento das percepções de egressos de cursos Técnicos em Agropecuária acerca do currículo do curso. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e9256, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.9256. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9256>. Acesso em: 23 set. 2023.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARRAN, Ana Lúcia; LIMA, Paulo Gomes. Estágio curricular supervisionado no ensino superior brasileiro: algumas reflexões. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 7, n. 2, ago. 2011. ISSN 1809-3876. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/6785/4910>. Acesso em: 11 ago. 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Estágio e relação de emprego**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MINAYO, Maria Cecília e Souza. **Pesquisa Social - Teoria, Método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NISKIER, Arnaldo; NATHANAEL, Paulo. **Educação, estágio & trabalho**. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

PACHECO, Eliezer Moreira (organizador). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília e São Paulo: Moderna, 2011. 122 p. ISBN 978-85-16-07375-6. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

PASQUALETO, Olivia de Quintana Figueiredo; FONSECA, Maria Hemília. A percepção do aluno sobre estágio. Emprego ou qualificação profissional? **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 53, n. 209, p. 195 - 217. Jan. mar. 2016. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/520005/001063243.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10/08/2020.

PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2018. Livro eletrônico. ISBN 978-85-249-2645-7.

RIO VERDE. Prefeitura Municipal. **Localização e Clima**. Rio Verde, 1 ago. 2019. Disponível em: <https://www.rioverde.go.gov.br/localizacao-e-clima/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SANTOS, Eliane Regina Acácio dos. **A realidade do estágio supervisionado no ensino profissionalizante de nível médio: um estudo sobre o curso de técnico agrícola da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste-RO**. Orientador: Olgamir Francisco de Carvalho. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4217/1/2009_ElianeReginaAcacioSantos.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

SILVA, J. A. S. G. da; Coutinho, D. J. G.. O Papel da Educação Profissional e Tecnológica na Formação para o Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [s. l.], v.10, n. 11, p. 999-1007. Disponível em <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/16554>. Acesso em: 02/12/2024.

SOBRAL, Francisco José. Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola no Brasil. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v.2, n. 2, p. 78-95, jul. 2015. ISSN 2447-1801. Disponível em: <http://www2ifrn.edu.br/ojs/index.php>. Acesso em: 05/01/2020.

STÜRMER, Arthur Breno. O desenvolvimento Inclusivo nos Institutos Federais. **Geoconexões**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 25-40, 2022. Disponível em <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/geoconexoes/article/view/8881/>. Acesso em: 18/12/2024.

VIEIRA, Renato Gomes. **Trabalho e Educação: A Educação Profissional e o PROEP em Goiás nos anos 90**. Orientador: Luiz Fernandes Dourado. 2000. Mestrado em Educação e Trabalho (Dissertação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Dissert_-_Renato_Gomes_Vieira.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad.: Ana Thorell. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOSHIOKA, Clarice. Estágio no Ensino Superior: uma questão social. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, nº 27, p. 235-245, jul. dez. 2005. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/105934>. Acesso em: 10 ago. 2020.

ZABALZA, M. A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação Universitária**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2015. Livro eletrônico. ISBN 978-85-249-2411-8.

9 ANEXOS

Anexo A – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Questionário direcionado aos alunos do curso Técnico em Agropecuária que concluíram o Estágio Obrigatório no ano de 2019.

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada 'Análise do Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso Técnico em Agropecuária do IF Goiano do Campus Rio Verde'. Após receber as informações a seguir e, caso decida participar do estudo, por favor, prossiga para a próxima tela, onde encontrará perguntas abertas e fechadas que necessitarão de suas respostas.

Em caso de recusa, não haverá qualquer penalização. Se você tiver dúvidas sobre a pesquisa, sinta-se à vontade para entrar em contato com o pesquisador responsável, Alex da Silva Moureira, através do seguinte telefone: (64) 98119-1939 ou por e-mail, utilizando o endereço alex.moureira@ifgoiano.edu.br.

O objetivo central desta pesquisa é aprofundar a compreensão do estágio supervisionado, utilizando os documentos institucionais, normas sobre o estágio, bem como as perspectivas dos participantes. A escolha deste curso se justifica pela sólida tradição do Campus Rio Verde na formação de profissionais técnicos em Agropecuária. Essa relevância é principalmente visualizada em detrimento do mercado local estar voltado fortemente para o setor do agronegócio.

O processo metodológico incluirá uma análise documental e coleta de dados por meio de questionários eletrônicos. Posteriormente, abordaremos e interpretaremos as informações de maneira qualitativa, seguindo a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016).

Realizaremos uma avaliação referente a percepção de 27 estudantes do curso Técnico em Agropecuária que concluíram seus estágios obrigatórios no ano de 2019, através da aplicação de questionários eletrônicos semiestruturados.

Os riscos associados à sua participação incluem a possibilidade de experimentar danos psicológicos, intelectuais e emocionais, bem como cansaço, aborrecimento ou desconforto. Você terá autonomia para escolher o horário e o local mais convenientes para responder aos questionários, garantindo assim a liberdade de não responder a determinadas perguntas e fazê-lo no seu próprio ritmo.

Embora esta pesquisa possa não proporcionar benefícios diretos imediatos, ela possui o potencial de contribuir de forma significativa para o desenvolvimento futuro dos estudantes, uma vez que as informações deste estudo permitem aos professores e a equipe de gestão do Campus Rio Verde ampliar suas perspectivas e trabalhar na melhoria do processo de ensino aprendizagem.

Você terá acesso direto aos especialistas responsáveis pela pesquisa, prontos para esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir. Além disso, receberá apoio abrangente em todas as etapas do estudo, incluindo a gestão de possíveis consequências não tangíveis decorrentes direta ou indiretamente da pesquisa. Em caso de qualquer problema que você

possa enfrentar, será encaminhado para tratamento em instalações apropriadas e receberá acompanhamento profissional contínuo por parte do pesquisador.

Você terá a oportunidade de receber informações adicionais sobre a pesquisa em qualquer momento e sobre qualquer aspecto que lhe interesse. Você possui total liberdade para recusar a participação, retirar o seu consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, e a decisão de não participar não acarretará em qualquer penalização.

O pesquisador manterá a sua identidade em estrita confidencialidade, seguindo padrões profissionais rigorosos. Todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa. O seu nome ou qualquer informação que possa revelar a sua participação não será divulgado sem a sua autorização expressa. Você permanecerá completamente anônimo(a) em todas as publicações resultantes deste estudo.

A sua participação neste estudo não envolverá nenhum custo, e você não receberá nenhum benefício financeiro direto. No entanto, caso venha a incorrer em despesas relacionadas à pesquisa, como transporte ou alimentação, você será reembolsado(a) por esses gastos.

Anexo B – Questionários direcionado aos alunos



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS ALUNOS DO CURSO TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA QUE REALIZAM O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**

- 1 – Sexo: M () F () Prefiro não declarar () Outro ()
- 2 – Qual foi a cidade de realização do estágio:
- 3 – Nome da empresa/ instituição em que estagiou:
- 4 – Setor econômico de atuação da empresa:
- 5 – A escolha do seu campo de estágio partiu de:
() Interesse próprio
() Núcleo de Estágios
() Coordenador do Curso
() Professor-orientador
() Outros
- 6 – O campo de estágio em que você atuou estava dentro de sua área de interesse?
() Sim () Não
- 7 – O campo de estágio contribuiu para seu desenvolvimento profissional?
() Sim () Não
- 8 – Com relação a sua resposta anterior, teça um comentário.
- 9 – Houve o acompanhamento do professor-orientador durante o desenvolvimento de seu estágio?
() Sim () Não
- 10 – Se houve, comente sua atuação.
- 11 – O supervisor do local de seu estágio lhe ofereceu situações que permitiram você compreender melhor a atividade profissional do Técnico em Agropecuária?
() Sim () Não
- 12 – A realização do estágio supervisionado leva o aluno a um ambiente externo a sala de aula, inserindo-o em um contexto profissional. Você se sentiu seguro ao realizá-lo?

() Sim () Não

13 – Com relação a sua resposta anterior, teça um comentário.

14 – Diante da vivência de seu estágio supervisionado, quais pontos você indicaria para melhorar a integração teoria-prática?

15 – Com relação ao estágio supervisionado, cite os pontos positivos que você visualizou durante a execução de seu estágio supervisionado:

16 – Agora cite os pontos negativos: